



RELATÓRIO DE GESTÃO

MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DO EXÉRCITO
FUNDAÇÃO HABITACIONAL DO EXÉRCITO



EXERCÍCIO
2018





RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2018

Relatório de Gestão do exercício de 2018 apresentado aos órgãos de controle interno e externo e à sociedade como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, da DN TCU nº 170/2018, da DN TCU nº 172/2018, da Portaria TCU nº 369/2018 e das orientações do órgão de controle interno.

SUMÁRIO

MENSAGEM DO DIRIGENTE MÁXIMO DA UNIDADE	7
VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO	9
ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	9
MISSÃO E VISÃO	12
AMBIENTE EXTERNO	12
MODELO DE NEGÓCIOS	13
PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E GOVERNANÇA	14
PRINCIPAIS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS E PLANOS PARA IMPLEMENTAR AS PRIORIDADES ESTRATÉGICAS DA GESTÃO	14
DESCRIÇÃO DAS ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA	16
PRINCIPAIS CANAIS DE COMUNICAÇÃO COM A SOCIEDADE E PARTES INTERESSADAS	18
GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS	21
PRINCIPAIS RISCOS E SUA VINCULAÇÃO AOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	21
MEDIDAS ESPECÍFICAS DE GERENCIAMENTO DE RISCOS SIGNIFICATIVOS	22
RESULTADOS DA GESTÃO	25
RESULTADOS ALCANÇADOS FRENTE AOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS E ÀS PRIORIDADES DA GESTÃO	25
INDICADORES DE DESEMPENHO QUANTIFICADOS E ALINHADOS AOS OBJETIVOS	31
PERSPECTIVAS PARA OS PRÓXIMOS EXERCÍCIOS	36
ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO	37
GESTÃO DE PESSOAS	37
GESTÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS	42
GESTÃO PATRIMONIAL E INFRAESTRUTURA	44
GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	44
SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL	46
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	47
DECLARAÇÃO DO CONTADOR RESPONSÁVEL	47
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	48
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	51
OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES	61
TRATAMENTO DE DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TCU	61
TRATAMENTO DE RECOMENDAÇÕES DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO	61
DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE	63
DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE DO RELATO INTEGRADO PELO RESPONSÁVEL PELA GOVERNANÇA	63

LISTA DE ABREVIações E SIGLAS

APE	Associação de Poupança e Empréstimo	GEN EX R1	General de Exército da Reserva Remunerada
AUDIF	Auditoria Interna da FHE	GEN DIV R1	General de Divisão da Reserva Remunerada
CA	Conselho de Administração	GEN BDA R1	General de Brigada da Reserva Remunerada
CCIEx	Centro de Controle Interno do Exército	GEOPI	Gerência de Operações Imobiliárias
CGU	Controladoria-Geral da União	GEPES	Gerência de Pessoal
CEREL	Centro de Relacionamento com o Cliente	GEPRO	Gerência de Produtos
CECOM	Centro de Comunicação	GERAC	Gerência de Administração de Crédito Imobiliário
CODER	Coordenadoria dos Escritórios Regionais	GEREN	Gerência de Engenharia
CODTI	Coordenadoria de Tecnologia da Informação	GESEG	Gerência de Seguros
COGEO	Consultoria de Gestão Organizacional	NPOR	Núcleo de Preparação de Oficiais da Reserva
COJUR	Consultoria Jurídica	OUVID	Ouvidoria
CORCI	Coordenadoria de Riscos e Controles Internos	PA	Ponto de Atendimento
CPOR	Centro de Preparação de Oficiais da Reserva	PAINT	Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna
CPS	Consultoria, Processamento e Sistema	PEM	Programa Especial de Moradia da FHE
DOU	Diário Oficial da União	PNR	Próprio Nacional Residencial
EB	Exército Brasileiro	PROCAP	Programa Casa Própria da FHE
FAM	Fundo de Apoio à Moradia	Qtd.	Quantidade
FHE	Fundação Habitacional do Exército	SFH	Sistema Financeiro da Habitação
GCONT	Gerência de Contabilidade	SIAFI	Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
GECON	Gerência de Consórcio	TCU	Tribunal de Contas da União
GECRI	Gerência de Crédito Imobiliário	UPC	Unidade Prestadora de Contas
GEFIN	Gerência Financeira	UTA	Unidade Técnico-Administrativa
GEN EX	General de Exército da Ativa		
GEN DIV	General de Divisão da Ativa		

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - INDICADOR DE DEMANDA RESOLVIDA	19
QUADRO 2 - INDICADOR DE RECLAMAÇÕES NA OUVIDORIA	19
QUADRO 3 - AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS DA GESTÃO	22
QUADRO 4 – ÍNDICE DE INADIMPLÊNCIA DA CARTEIRA IMOBILIÁRIA	27
QUADRO 5 - RELAÇÃO DAS PERMUTAS IMOBILIÁRIAS EM ANDAMENTO NO EXERCÍCIO	29
QUADRO 6 - INDICADORES DE DESEMPENHO	31
QUADRO 6.1 - COMERCIALIZAÇÃO DE EMPREENDIMENTOS HABITACIONAIS DA FHE.....	34
QUADRO 6.2 - PONTOS DE ATENDIMENTO - PROJETOS.....	34
QUADRO 6.3 - PONTOS DE ATENDIMENTO - OBRA.....	35
QUADRO 6.4 - EMPREENDIMENTOS DA FHE - PROJETOS.....	35
QUADRO 6.6 - EDIFÍCIO COMERCIAL DA FHE - PROJETO.....	36
QUADRO 7 - FORÇA DE TRABALHO DA UPC	37
QUADRO 8 - DISTRIBUIÇÃO DA LOTAÇÃO EFETIVA	38
QUADRO 9 - DETALHAMENTO DA ESTRUTURA DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS DA UPC	38
QUADRO 10 - QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UPC POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE	39
QUADRO 11 - DESPESAS DO PESSOAL (EM R\$ 1,00)	40
QUADRO 12 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NÃO ABRANGIDOS PELO PLANO DE CARGOS DA UNIDADE	41
QUADRO 13 - CONTRATOS FINALÍSTICOS MAIS RELEVANTES FIRMADOS EM 2018	42
QUADRO 14 - CONTRATO DE PUBLICIDADE LEGAL FIRMADO EM 2018	43
QUADRO 15 - CONTRATOS ADMINISTRATIVOS MAIS RELEVANTES FIRMADOS EM 2018	43
QUADRO 16 - CONTRATAÇÕES DIRETAS MAIS RELEVANTES REALIZADAS EM 2018	43
QUADRO 17 - PRINCIPAIS SISTEMAS DE NEGÓCIOS	44



MENSAGEM DO DIRIGENTE MÁXIMO DA UNIDADE

O presente relatório tem por finalidade permitir a apreciação do desempenho e da conformidade da gestão da Fundação Habitacional do Exército (FHE) durante o exercício financeiro de 2018, por intermédio da execução de suas atividades e da demonstração dos resultados alcançados.

A Lei n.º 7.750, de 13 de abril de 1989, estabelece que não são destinados recursos orçamentários da União à FHE e que, ressalvadas a supervisão ministerial e determinações constitucionais, a ela não se aplicam outras disposições legais e regulamentares relativas às autarquias, às fundações públicas e aos demais órgãos e entidades da Administração Indireta. Conseqüentemente, a Fundação não tem objetivos, iniciativas e ações relacionados ao Plano Plurianual e à Lei Orçamentária Anual (LOA) nem registros nos sistemas do Governo Federal.

Por força daquele diploma legal e por não se aplicarem à realidade da Instituição, foram suprimidos determinados itens de informações estabelecidos na Decisão Normativa, estando o relatório assim configurado: Visão Geral Organizacional e Ambiente Externo; Planejamento Estratégico e Governança; Gestão de Riscos e Controles Internos; Resultados da Gestão; Áreas Especiais da Gestão; Demonstrações Contábeis; e Outras Informações Relevantes.

Para proporcionar aos militares das Forças Armadas a conquista de um imóvel em condições ainda mais vantajosas, a FHE reduziu por duas vezes, em 2018, os juros do financiamento imobiliário, além de promover melhorias na linha para aquisição de terrenos. Essas medidas permitiram um incremento de 14% no número de contratos firmados e de 12% em recursos concedidos em relação ao exercício anterior.

No âmbito do crédito pessoal, a FHE continuou oferecendo taxas mais baixas que o mercado, possibilitando que os beneficiários tivessem supridas suas necessidades financeiras emergenciais.

A Fundação Habitacional do Exército permaneceu aplicando e aperfeiçoando as boas práticas de governança corporativa, sendo auxiliada por consultorias técnicas e comitês temáticos.

O desempenho dos produtos em 2018 ratifica o atendimento às demandas dos militares e conveniados, e os resultados financeiros demonstram a solidez e a credibilidade que a FHE detém perante os beneficiários, o Exército Brasileiro e os parceiros institucionais.

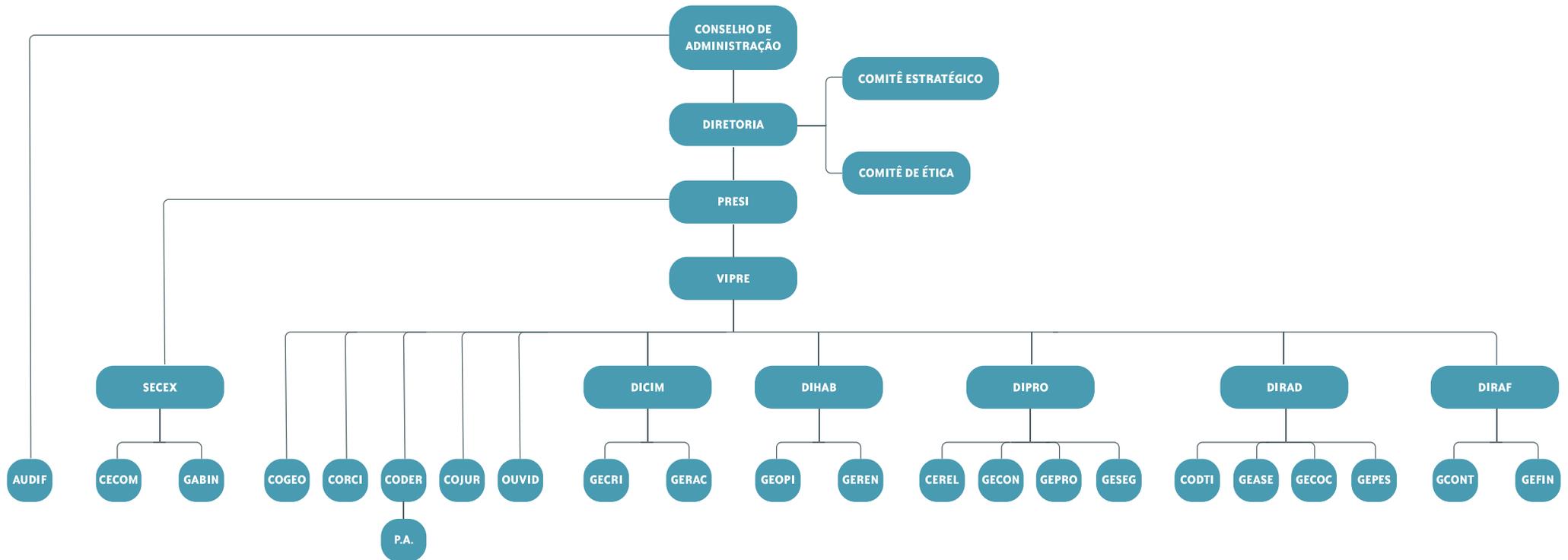
Para 2019, as metas são desafadoras. Para cumpri-las, o objetivo maior é o de proporcionar empreendimentos residenciais de qualidade e as melhores condições em financiamento imobiliário para a aquisição da casa própria. Busca-se também ampliar o número de militares protegidos por seguro de vida, a fim de garantir a saúde financeira de suas famílias.


Gen Ex R1 Eron Carlos Marques
Presidente da FHE

VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

FUNDAÇÃO HABITACIONAL DO EXÉRCITO

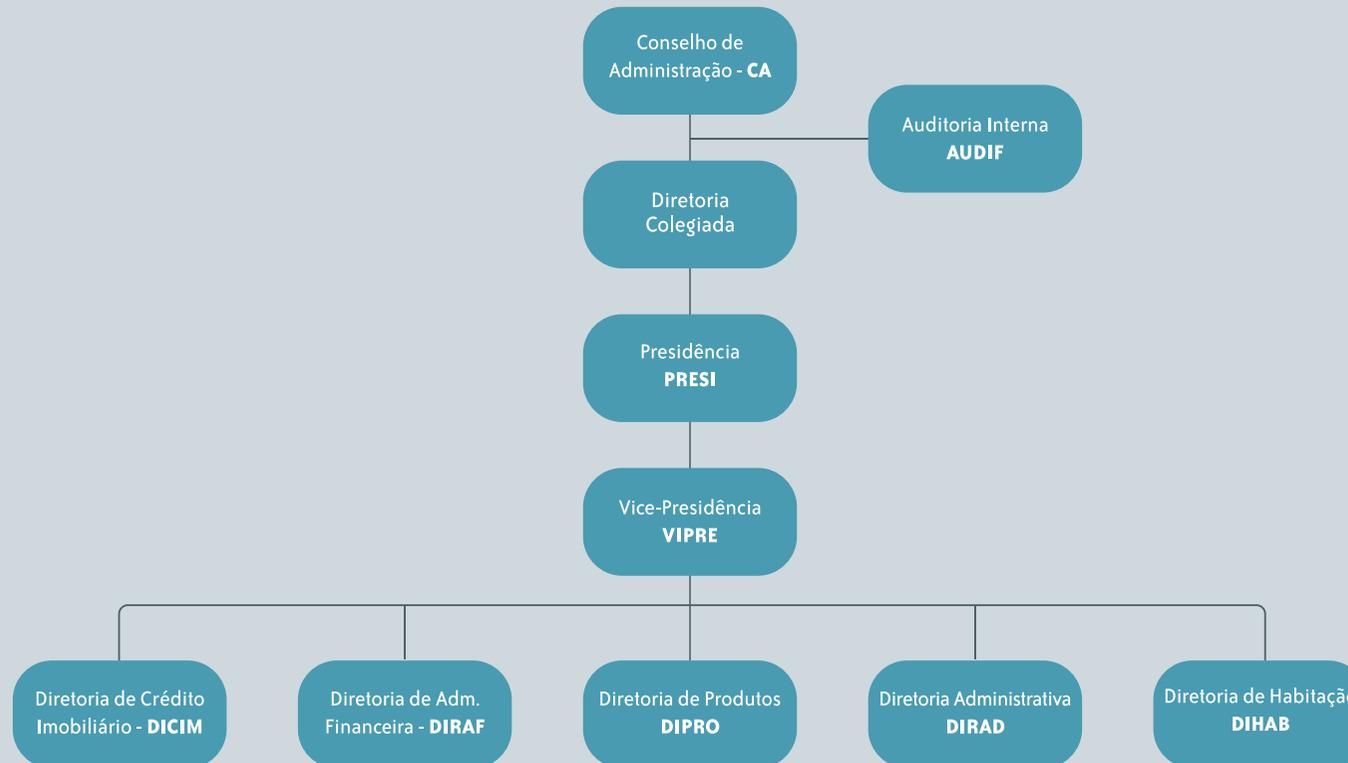




VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

ESTRUTURA DA FHE E COMPETÊNCIAS





CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO | CA

PRESIDENTE: Gen. Ex. Marcos Antonio Amaro dos Santos

PERÍODO DE ATUAÇÃO: 27/04 a 31/12

COMPETÊNCIAS: Aprovar e acompanhar as políticas para consecução dos objetivos estabelecidos pelo Comandante do Exército para a FHE, o planejamento estratégico e o orçamento, o plano anual de atividades de auditoria interna, a prestação de contas anual e o relatório anual. Submeter à aprovação do Comandante do Exército o Plano de Empregos, Carreiras e Salários.



AUDITORIA INTERNA | AUDIF

AUDITOR-CHEFE: Gen. Div. R1 Paulo Cesar Souza de Miranda

PERÍODO DE ATUAÇÃO: de 01/01 a 31/12

COMPETÊNCIAS: Realizar auditoria de avaliação e acompanhamento da gestão, sob os aspectos orçamentário, financeiro, contábil, operacional, pessoal e de sistemas, conforme o Plano Anual de Auditoria Interna; prestar informações e acompanhar as solicitações dos órgãos de controle interno e externo; examinar e emitir parecer sobre a prestação de contas anual da entidade e tomada de contas especiais; avaliar e propor medidas saneadoras para eliminar ou mitigar os riscos internos identificados em ações de auditoria; realizar auditoria de natureza especial, não prevista no Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna e elaborar o Relatório Anual de Auditoria Interna.

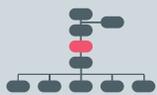


DIRETORIA COLEGIADA

TITULARES: Presidente, Vice-Presidente, Diretor de Crédito Imobiliário, Diretor de Habitação, Diretor de Produtos, Diretor Administrativo, Diretor de Administração Financeira

PERÍODO DE ATUAÇÃO: de 01/01 a 31/12

COMPETÊNCIAS: Cumprir e fazer cumprir o Estatuto e as Resoluções do Conselho de Administração; fixar as normas gerais de operação e de utilização de recursos e as normas especiais de atendimento aos programas de interesse do Comando do Exército. Aprovar a orientação geral para as atividades da Instituição, a estrutura organizacional, as normas do Manual da Organização, o planejamento estratégico, o orçamento, os balancetes e os balanços financeiros e patrimoniais. Autorizar a criação de fundos de provisão e de reserva, a transferência, a renúncia e a desistência de direitos, bem como a aquisição, oneração e alienação de bens patrimoniais. Propor ao CA os quadros de dotação de pessoal e as tabelas de salários do Plano de Empregos, Carreiras e Salários.



PRESIDÊNCIA | PRESI

PRESIDENTE: Gen. Ex. R1 Eron Carlos Marques

PERÍODO DE ATUAÇÃO: de 01/01 a 31/12

COMPETÊNCIAS: Executar e mandar executar o programa de ação da FHE e as demais decisões da Diretoria e do CA; representar a FHE ou promover-lhe a representação em juízo ou fora dele; convocar e presidir as reuniões da Diretoria; definir as atribuições dos membros da Diretoria; encaminhar ao órgão competente do Comando do Exército a prestação de contas do exercício anterior; Autorizar a contratação de serviços técnicos e especializados. Administrar a execução do planejamento anual e das políticas para a consecução dos objetivos da FHE.

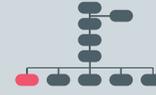


VICE-PRESIDÊNCIA | VIPRE

VICE-PRESIDENTE: Gen. Div. R1 Ricardo Barbalho Lamellas

PERÍODO DE ATUAÇÃO: de 01/01 a 31/12

COMPETÊNCIAS: Assessorar o Presidente na formulação de políticas e diretrizes da Instituição; auxiliar na supervisão, coordenação e no controle das Diretorias, e nas atividades de planejamento estratégico, de orçamento, de auditoria, de ouvidoria integrada e de consultoria jurídica. Substituir o Presidente nos seus impedimentos e nas ausências eventuais. Supervisionar, coordenar e controlar as atividades inerentes aos processos das UTA que lhe são diretamente subordinadas.



DIRETORIA DE CRÉDITO IMOBILIÁRIO | DICIM

DIRETOR: José de Castro Neves Soares

PERÍODO DE ATUAÇÃO: de 01/01 a 31/12

COMPETÊNCIAS: Supervisionar, coordenar e controlar as atividades inerentes aos processos de administrar o crédito imobiliário, propor a criação de novos produtos de crédito imobiliário para a FHE e analisar as variáveis externas e internas que influenciam o crédito imobiliário.



DIRETORIA DE ADM. FINANCEIRA | DIRAF

DIRETOR: Ricardo José Andrade Leite Viana

PERÍODO DE ATUAÇÃO: de 01/01 a 31/12

COMPETÊNCIAS: Supervisionar, coordenar e controlar as atividades inerentes aos processos de Administração de Recursos Financeiros e de Contabilidade. Propor as operações de investimentos financeiros, Submeter os balancetes e balanços financeiros e patrimoniais à Diretoria Colegiada.



DIRETORIA DE PRODUTOS | DIPRO

DIRETOR: Gen. Div. R1 Carlos Henrique Carvalho Primo

PERÍODO DE ATUAÇÃO: de 01/01 a 31/12

COMPETÊNCIAS: Supervisionar, coordenar e controlar as atividades inerentes aos processos de Consórcios, Crédito pessoal, Relacionamento com beneficiários e Seguros; Analisar as variáveis externas e internas que influenciam os produtos e serviços, propor e acompanhar as atividades relativas à formalização de convênios para a concessão de produtos e serviços.



DIRETORIA ADMINISTRATIVA | DIRAD

DIRETOR: Gen. Bda. R1 Claudio Rogério Pinto

PERÍODO DE ATUAÇÃO: de 27/04 a 31/12

COMPETÊNCIAS: Supervisionar, coordenar e controlar as atividades inerentes aos processos de Administração da Sede e Gestão Documental; Administração de Recursos Humanos; Compras e Contratos, e Tecnologia da Informação. Autorizar a doação de móveis, máquinas e equipamentos.



DIRETORIA DE HABITAÇÃO | DIHAB

DIRETOR: Gen. Div. R1 José Ricardo Kümmel

PERÍODO DE ATUAÇÃO: de 01/01 a 31/12

COMPETÊNCIAS: Supervisionar, coordenar e controlar as atividades inerentes aos processos de Engenharia e Gestão Imobiliária; promover a escolha de terrenos, com a finalidade de aquisição para a produção de empreendimentos imobiliários; promover a comercialização de imóveis de propriedade da FHE, submeter à Diretoria Colegiada as demandas do Exército Brasileiro para realização de remanejamentos patrimoniais.

Missão e Visão



MISSÃO

“Promover melhor qualidade de vida aos seus beneficiários, facilitando o acesso à casa própria e a seus produtos e serviços”



VISÃO

“Ser a parceira preferencial das Forças Armadas, reconhecida como Instituição confiável, sólida e transparente, voltada à satisfação de seus beneficiários”

Ambiente Externo

a) Contexto de atuação da UPC e espaço potencial de atuação comparativamente com o espaço ocupado pela UPC

A FHE oferece linhas de crédito para o financiamento imobiliário e produz empreendimentos habitacionais voltados aos seus beneficiários. A instituição disponibiliza, ainda, opções de crédito pessoal, diferentes modalidades de consórcio e alguns ramos de seguros.

A Fundação possui abrangência nacional, contando com um ou mais pontos de atendimento em todas as Unidades da Federação, voltados para os seus beneficiários.

Em função da especificidade desses beneficiários, seu mercado de atuação é limitado e é impactado, dentre outros fatores, pela margem salarial consignável e pela baixa representatividade numérica quando comparada ao mercado nacional.

b) Principais atores do mesmo contexto (concorrentes ou parceiros)

As principais empresas que oferecem produtos similares são: instituições financeiras, construtoras e incorporadoras, administradoras de consórcio, seguradoras e corretoras.

c) Relacionamento da UPC com os principais clientes de seus produtos e serviços

O relacionamento é feito por intermédio de Pontos de Atendimento instalados em todo o território nacional, em locais onde se desdobram unidades militares da Marinha, Exército e Aeronáutica. Tal situação decorre da necessidade de a FHE estar próxima de seus beneficiários.

Complementarmente, o relacionamento, o teleatendimento e a recepção de demandas são realizados por um Centro de Relacionamento e por uma Ouvidoria, ambos instalados na sede da instituição em Brasília-DF.

d) Ameaças e oportunidades quanto à atuação da UPC

Ameaças: concorrência dos agentes que atuam no mercado oferecendo produtos similares.

Oportunidades: público-alvo específico, mas não exclusivo; produtos e serviços endereçados, exclusivamente, para seus beneficiários.

Modelo de Negócios

MACROPROCESSOS DE NEGÓCIOS: referem-se à essência da organização, caracterizando a sua atuação e estão diretamente relacionados aos objetivos estratégicos estabelecidos e à geração de produtos/serviços para os beneficiários.

Os macroprocessos englobam processos específicos, que são conduzidos pelas unidades conforme suas atribuições.



GESTÃO DE FINANCIAMENTOS IMOBILIÁRIOS (MACROPROCESSO)	DESCRIÇÃO Processar os pedidos de financiamento imobiliário, analisando o perfil do solicitante e o risco de crédito. Após, conceder o aporte financeiro e gerenciar os bens alienados, fazendo a transferência do bem ao final da concessão.	INSUMOS Solicitação de financiamento Sistemas de suporte Documentação produzida PRODUTOS Financiamento Imobiliário	PRINCIPAIS PARCEIROS EXTERNOS Banco do Brasil, SERASA, Banco Central do Brasil - SCR, Forças Armadas, Caixa Econômica Federal, PROGNUM, CPS e MONTREAL PRINCIPAIS CLIENTES Beneficiários da FHE
GESTÃO DE EMPRÉSTIMOS (MACROPROCESSO)	DESCRIÇÃO Processar os pedidos de empréstimo, analisando o perfil do solicitante e o risco de crédito. Liberar recursos de empréstimos, administrar e renegociar contratos de empréstimos, quando for o caso.	INSUMOS Solicitação de financiamento Sistemas de suporte Documentação produzida PRODUTOS Empréstimo Simples Financiamento de Eletroeletrônicos	PRINCIPAIS PARCEIROS EXTERNOS Forças Armadas, Banco do Brasil, Mapfre Seguradora e Serasa. PRINCIPAIS CLIENTES Beneficiários da FHE
GESTÃO DE SEGUROS (MACROPROCESSO)	DESCRIÇÃO Processar o pagamento de indenizações (siniestro) e administrar as apólices contratadas e geridas pelos parceiros.	INSUMOS Proposta de seguro Sistemas de suporte Documentação produzida PRODUTOS Seguros	PRINCIPAIS PARCEIROS EXTERNOS Seguradoras PRINCIPAIS CLIENTES Beneficiários da FHE
GESTÃO DE CONSÓRCIOS (MACROPROCESSO)	DESCRIÇÃO Comercializar, administrar, contemplar e cobrar cotas de consórcio.	INSUMOS Contrato de cota de consórcio Sistemas de suporte Documentação produzida PRODUTOS Carta de crédito de consórcio	PRINCIPAIS PARCEIROS EXTERNOS NEWCON Software, SERASA e Banco do Brasil S/A. PRINCIPAIS CLIENTES Beneficiários da FHE
GESTÃO DE EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS (MACROPROCESSO)	DESCRIÇÃO Adquirir terrenos, elaborar e gerenciar projetos, construir e comercializar empreendimentos via financiamento, consórcio, empréstimo e corretoras parceiras. A partir de estudos de viabilidade, receber terrenos remanejados, executar as obras de contrapartida para o Comando do Exército e construir novos empreendimentos.	INSUMOS Imóveis do Exército Documentação produzida Pesquisa de demanda de moradia Estudos de viabilidade PRODUTOS Empreendimentos habitacionais Obras em contrapartida aos remanejamentos patrimoniais	PRINCIPAIS PARCEIROS EXTERNOS Cartórios, Prefeituras, Exército, Empreiteiras, Construtoras e Arquitetos credenciados PRINCIPAIS CLIENTES Beneficiários da FHE Exército
GESTÃO DE PARCERIAS, DE PRODUTOS E DE RELACIONAMENTO COM OS BENEFICIÁRIOS (MACROPROCESSO)	DESCRIÇÃO Prestar atendimento ao beneficiário, comercializando produtos, atualizando cadastros e prestando informações conforme solicitado.	INSUMOS Sistemas de suporte Solicitação do beneficiário PRODUTOS Empréstimo Simples Financiamento de Eletroeletrônicos Seguros Consórcios Financiamento Imobiliário Financiamento de Material de Construção Plano Odontológico	PRINCIPAIS PARCEIROS EXTERNOS Marinha, Exército, Aeronáutica e Banco do Brasil PRINCIPAIS CLIENTES Beneficiários da FHE



PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E GOVERNANÇA

O planejamento estratégico tem por finalidade orientar a instituição para atender às necessidades dos beneficiários, concretizar novos negócios, expandir a carteira dos produtos e serviços e aperfeiçoar os instrumentos da Governança e da Gestão Corporativas. Para isso, a Diretoria Colegiada estabeleceu as seguintes diretrizes estratégicas:

- Contribuir para a qualidade de vida dos beneficiários.
- Ampliar a base de beneficiários atendidos.
- Fortalecer a relação com os beneficiários e os parceiros institucionais.
- Aprimorar a governança e buscar permanentemente a gestão por resultados.
- Obter e manter vantagens competitivas.

A partir das diretrizes, são estabelecidos os objetivos estratégicos pela Diretoria Colegiada e realizados seus desdobramentos pelas Unidades Técnico-Administrativas (UTA).

Principais objetivos estratégicos

Para alinhar a instituição ao cumprimento de sua finalidade, a Diretoria Colegiada estabeleceu os seguintes objetivos estratégicos:

- Apoiar projetos de cunho social.
- Garantir a continuidade dos negócios.
- Fortalecer o relacionamento com as Forças Armadas.
- Incrementar o relacionamento com os beneficiários.
- Oferecer produtos e serviços competitivos.
- Realizar empreendimentos habitacionais de acordo com o interesse do Exército e/ou onde a demanda dos beneficiários indicar.
- Ampliar e intensificar o relacionamento com os parceiros.
- Aprimorar a gestão e otimizar recursos operacionais.

PRINCIPAIS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS E PLANOS PARA IMPLEMENTAR AS PRIORIDADES ESTRATÉGICAS DA GESTÃO

A execução do Planejamento Estratégico de 2018, inserida no quinquênio 2017-2021, orientou-se pelos direcionadores estratégicos traduzidos na missão, na visão, nos valores e em seu negócio, conforme descritos a seguir:



MISSÃO

“Promover melhor qualidade de vida aos seus beneficiários, facilitando o acesso à casa própria e a seus produtos e serviços”.



VALORES

Ética, Profissionalismo, Transparência, Confiabilidade, Competência e Respeito e Valorização do Ser Humano.



VISÃO

“Ser a parceira preferencial das Forças Armadas, reconhecida como Instituição confiável, sólida e transparente, voltada à satisfação de seus beneficiários”.



NEGÓCIO

Qualidade de vida.



Planos para implementar as prioridades estratégicas da gestão

A Diretoria Colegiada define o direcionamento estratégico depois de realizado o diagnóstico da instituição. A FHE optou por um processo de planejamento estratégico quinquenal, revisto anualmente, a fim de corrigir, caso necessário, possíveis desvios ou de aproveitar novas tendências e oportunidades de mercado.

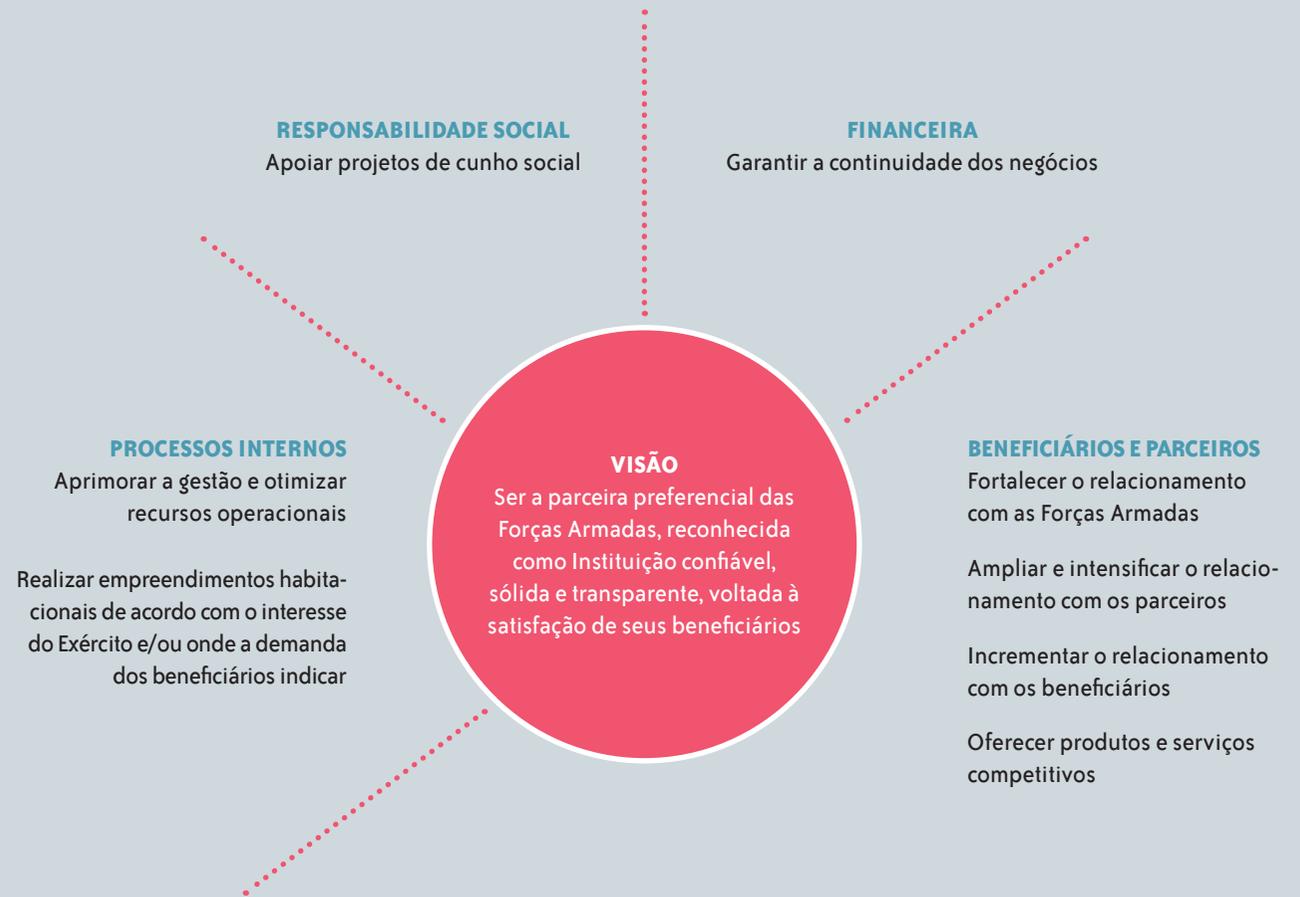
Ao longo do exercício, são realizadas reuniões sobre a execução do planejamento estratégico para apresentação dos resultados alcançados e, também, a elaboração de relatório de acompanhamento do planejamento.

A análise dos resultados da execução apoia a Diretoria Colegiada na revisão anual do planejamento. A partir do resultado do diagnóstico estratégico, pode haver um novo direcionamento, com possíveis ajustes nos planos traçados pelas UTA.

No segundo semestre de 2018, a Fundação Habitacional do Exército revisou o Planejamento Estratégico para o período 2019-2021. Com isso, o direcionador estratégico Negócio foi alterado de “Qualidade de Vida” para “Casa Própria”. A mudança impactou, a partir de novembro, a Missão institucional, que passou a ser: “Promover e facilitar o acesso à casa própria, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida de seus beneficiários”. A Visão também foi alterada: “Ser a parceira preferencial dos seus beneficiários para a aquisição da casa própria e referência para as Forças Armadas em confiabilidade, solidez e transparência”.

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DA FHE - CICLO 2017 A 2021

Mapa estratégico vigente até o final de 2018

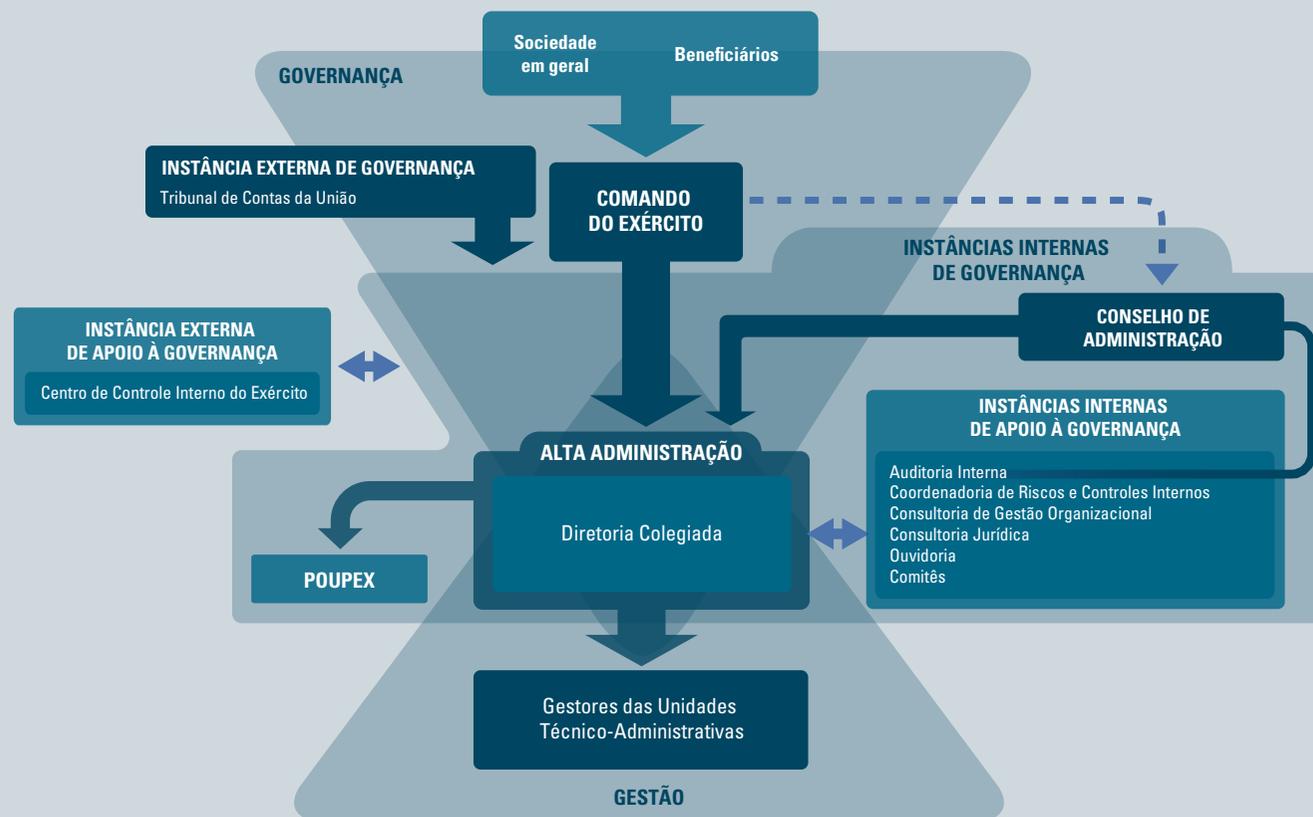


DESCRIÇÃO DAS ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA

A Governança Corporativa da FHE compreende o conjunto de leis, políticas, normas, diretrizes, regulamentos, processos e procedimentos que regulam a maneira como a Fundação é administrada e controlada, garantindo a sua confiabilidade às partes interessadas, através de um conjunto de mecanismos, incentivos e monitoramento capaz de evidenciar os princípios básicos da governança - transparência, equidade, prestação de contas e responsabilidade corporativa.

A estrutura da Governança Corporativa da FHE compreende o Conselho de Administração e a Diretoria Colegiada como instâncias internas de governança, a Auditoria Interna, a Consultoria Jurídica, a Ouvidoria, a Coordenadoria de Riscos e Controles Internos, a Coordenadoria de Gestão Organizacional e comitês instituídos como instâncias internas de apoio à governança.

A Auditoria Interna (AUDIF), estatutariamente, é um órgão seccional com as atribuições e os encargos estabelecidos na normatização vigente, atuando como instância interna de apoio à governança e subordinado diretamente ao Conselho de Administração.



Instâncias = Estruturas administrativas (Referencial Básico de Governança TCU/2014)

Informações sobre os dirigentes e colegiados

A composição do Conselho de Administração, as competências, as nomeações e as exonerações estão descritas no Estatuto da FHE (aprovado pela Portaria do Comandante do Exército nº 1.300, de 10 de outubro de 2016), nos capítulos IV e V, artigos 5º, 6º, 11 e 12.

O Estatuto da FHE também descreve a composição, as competências, as nomeações, as exonerações, as atribuições e as substituições da Diretoria Colegiada, nos capítulos IV, V, VI e VII, nos artigos 7º, 8º, 13, 14, 16, 17, 18 e 19. O detalhamento das informações consta no capítulo 1, no item Estrutura Organizacional.

Atuação da unidade de auditoria interna

a) Estatuto e Portaria que regulam a atuação da unidade de Auditoria Interna

A atuação da AUDIF está definida nos artigos 4º, 9º, 10, 15, 20 e 33 da Portaria nº 1.300, de 10 de outubro de 2016, do Comandante do Exército, que aprova o Estatuto da Fundação Habitacional do Exército (Diário Oficial da União nº 197, de 13/10/2016, Seção 1, página 15).

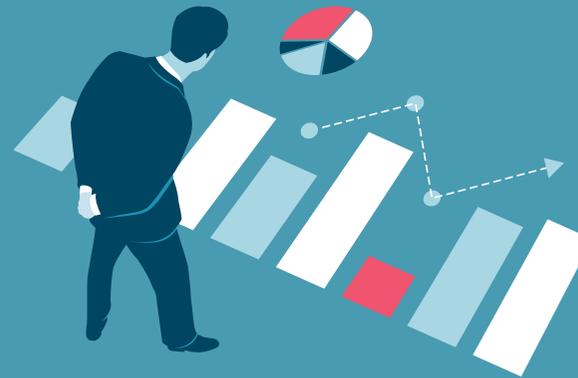
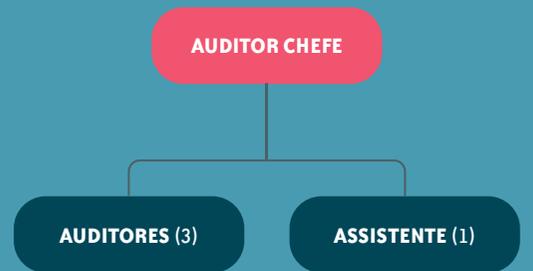
b) Estratégia de atuação

A estratégia da atuação da auditoria interna está alicerçada nos planos, metas, objetivos e políticas da FHE, nos normativos internos aplicáveis à entidade e nas recomendações oriundas dos órgãos de controle interno e externo. No planejamento gerencial de auditoria, no método adotado, no procedimento praticado, na organização interna da AUDIF, na legislação de auditoria e fiscalização, bem como no aumento da força de trabalho multidisciplinar e nos resultados das auditorias realizadas.

Cabe à auditoria interna cumprir as atribuições e os encargos estabelecidos na legislação vigente, em especial ao contido no Art. 15 do Estatuto da Fundação Habitacional do Exército, prestar assessoramento e consultoria, no intuito de agregar valor à gestão e aprimorar as operações, propondo ações preventivas e saneadoras, com a finalidade básica de fortalecer a gestão.

c) Estrutura da unidade de Auditoria Interna

A AUDIF está estruturada da seguinte forma:



A nomeação e a exoneração do Auditor Chefe serão submetidas, pelo Presidente do CA, à aprovação do Comandante do Exército. O posicionamento da unidade de auditoria interna na estrutura da FHE consta no item Estrutura Organizacional.

d) Conhecimento das recomendações feitas pela Auditoria Interna

O acompanhamento do cumprimento das recomendações é realizado por meio de cadastro de fato de auditoria no Sistema de Controle de Documentação - SICOD e pelos relatórios de auditoria operacionais.

Os fatos identificados nas auditorias operacionais e contábeis são registrados no SICOD, com o objetivo de acompanhar as respectivas regularizações, sendo classificados nas condições a seguir:

- (1) Pendente – enquanto não houver manifestação da Unidade Técnico Administrativa – UTA, ou havendo resposta, a mesma se mostre insuficiente ou inadequada pela AUDIF.
- (2) Concluído no âmbito da UTA – quando a providência adotada pela UTA para a solução do fato, se mostrar suficiente e adequada pela AUDIF.
- (3) Encerrado no âmbito da AUDIF – quando não houver tratamento definitivo pela UTA, esgotados os procedimentos formais na esfera de competência da AUDIF, ficando o mesmo sujeito a ressalvas.

O monitoramento dos resultados decorrentes dos trabalhos de auditoria se dá por meio do SICOD, o qual permite, também:

- (1) Evidenciar o monitoramento da evolução dos fatos de auditoria levantados.
- (2) Exigir a elaboração e respectivo acompanhamento de agenda específica, com a tempestiva atualização da situação dos fatos.
- (3) Obrigar a realização de controle quanto ao status dos fatos. Essa atividade requer do empregado que o utiliza discernimento necessário para identificar a dinâmica do processo de acompanhamento, forçando-o a agir de forma pró-ativa para dar suporte às ações realizadas pelos auditores no desenvolvimento das tarefas de cunho operacional.

e) Descrição sistemática de comunicação

A certificação de que a alta gerência toma conhecimento das recomendações feitas pela auditoria interna se dá por meio de publicação no sistema de informações interno dos trabalhos realizados pela AUDIF, o qual emite e-mail automático às instâncias autorizadas, informando tempestivamente a disponibilização do documento para leitura.

Os Relatórios de Auditoria Interna são disponibilizados mediante publicação na intranet, onde constam as recomendações para conhecimento e respectivas providências, bem como a elaboração do relatório trimestral de atividades de auditoria interna.

f) Eventuais adequações na estrutura funcional da unidade de Auditoria Interna

De acordo com o Art. 10 da Portaria nº 1.300, de 10 de outubro de 2016, do Comandante do Exército, que aprova o estatuto da FHE, foi designado um Auditor Chefe a contar de 1º de fevereiro de 2017 por um período de 2 (dois) anos, podendo ser reconduzido por igual período.

Informações sobre a empresa de auditoria independente contratada

O item não se aplica à FHE, por ser uma entidade vinculada ao Exército Brasileiro. Nesse caso, as funções de instância externa de apoio à governança são exercidas pelo Centro de Controle Interno do Exército (CCIE), órgão de assistência direta e imediata do Comandante do Exército, que atua nas atividades de controle interno no âmbito daquela Força Armada, aí incluídas as entidades vinculadas.

Atividades de correição e de apuração de ilícitos administrativos

O item não se aplica à Fundação Habitacional do Exército em razão de não possuir atividades do sistema de correição.

Medidas administrativas para apuração de responsabilidade por dano ao erário

O item não se aplica em razão de não serem destinados à Fundação Habitacional do Exército, recursos orçamentários da União, em razão do que prevê o Art 3º, da Lei 7.750, de 13 de abril de 1989, que amplia suas atividades nos seguintes termos: “À Fundação Habitacional do Exército – FHE não serão destinados recursos orçamentários da União.”.

PRINCIPAIS CANAIS DE COMUNICAÇÃO COM A SOCIEDADE E PARTES INTERESSADAS

Canais de Atendimento

Um canal de atendimento disponibilizado pela Fundação Habitacional do Exército - FHE aos seus beneficiários é o Centro de Relacionamento com o Cliente – CEREL, que funciona como SAC - Serviço de Atendimento ao Cliente da FHE, facilitando o acesso dos beneficiários às informações sobre os produtos e serviços, além de servir como canal de vendas. Alguns produtos estão disponíveis para contratação via telefone, trazendo maior comodidade aos beneficiários. Em 2018, o Centro foi responsável pela comercialização, via telefone, de 18% das apólices do Seguro Auto, 17% das cotas do Consórcio Nacional POUPEX, 49% dos planos odontológicos e 17% das apólices do seguro de vida FAM Família.

Para os atendimentos por telefone, a FHE disponibiliza em seu menu eletrônico (Unidade de Resposta Audível – URA), as opções de reclamação, cancelamentos e contato com o atendente, em cumprimento ao Decreto nº 6.523, de 31 de julho de 2008. Também em cumprimento ao Decreto e à Portaria SDE Nº 49, de 12 de março de 2009, o beneficiário pode ter acesso a todas as suas demandas, inclusive por meio do recebimento da gravação do atendimento prestado.

Os demais canais de atendimento da central de relacionamento são:

- **Telefone DDG:** 0800 613040 - de segunda à sexta-feira, das 8h às 18h, horário de Brasília;
- **Internet:** contato pelo endereço eletrônico atendimento@fhe.org.br ou pelo Formulário de Contato disponível no site www.fhe.org.br;
- **Site:** agendamentos de contatos para cotação e contratação de produtos;
- Atendimento aos portadores de deficiência na audição e/ou fala: 0800 646 4747;
- **Autoatendimento WEB:** ferramenta disponível no site, onde o beneficiário pode realizar consultas diversas sobre os produtos, como por exemplo, saldos, extratos, demonstrativo de imposto de renda, simulações e emissão de boletos.

- **Correio:** atendimento complementar mediante envio de informações, formulários, propostas, dentre outros. Outro canal disponibilizado pela FHE é a Ouvidoria, um canal de comunicação para sugestões, elogios, denúncias e reclamações de demandas não solucionadas pelos canais habituais de atendimento. Procura também atuar na mediação de conflitos, zelando pela transparência no tratamento dispensado às demandas recebidas.

Nos últimos três anos houve 1.734 registros na Ouvidoria, sendo 165 sugestões, 361 elogios, 158 denúncias e 1.050 reclamações.

Os canais de comunicação disponibilizados pela Ouvidoria são:

- **Internet:** formulário de contato, disponível no site www.fhe.org.br;
- **Telefone:** 0800 647 8877, das 8h30 às 17h, nos dias úteis.

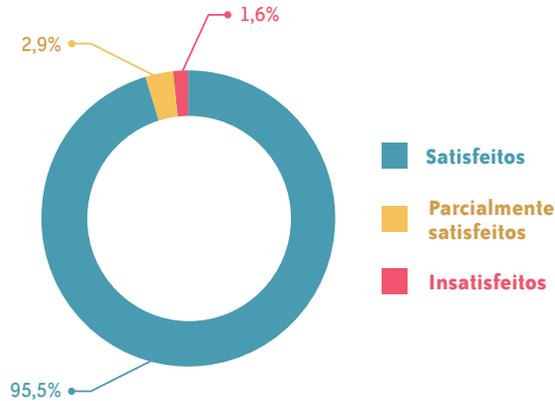
A divulgação dos canais de atendimento da FHE é feita pelos meios de comunicação: site da instituição, materiais impressos para divulgação de produtos distribuídos pelos Pontos de Atendimento, malas diretas e diversos documentos e/ou correspondências encaminhadas aos beneficiários.



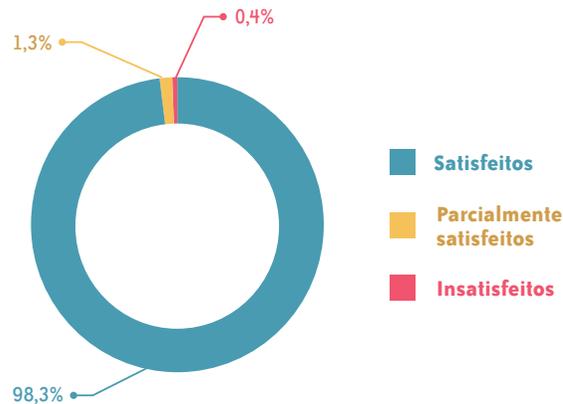
Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários

O Centro de Relacionamento com o Cliente da FHE verifica, constantemente, a qualidade do serviço prestado. No ano de 2018, a pesquisa de satisfação realizada pelo CEREL, por meio da URA – Unidade de Resposta Audível, registrou 154.120 respostas, sendo:

Quanto à clareza do atendimento



Quanto à cordialidade nos atendimentos



As ações de relacionamento têm como objetivo principal prestar atendimento de qualidade e manter a excelência no contato com seu público.

A seguir alguns indicadores de qualidade dos serviços prestados pela FHE.

Demanda Resolvida

Um indicador de qualidade dos serviços prestados é o tratamento da demanda do beneficiário já no primeiro contato. No ano de 2018, das 171.876 ligações atendidas pelo Centro de Relacionamento, aproximadamente 93% das demandas foram solucionadas já no primeiro contato.

Quadro 1 - Indicador de demanda resolvida

INDICADOR		FÓRMULA DE CÁLCULO		
Índice de ligações resolvidas no primeiro atendimento		=((ligações atendidas no ano - registros de atendimento abertos por demanda do atendimento no ano)/(ligações atendidas no ano))*100		
ANO	LIGAÇÕES ATENDIDAS	RA (REGISTRO DE ATENDIMENTO)	RELAÇÃO	
2015	157.469	8.969	94,50%	
2016	164.680	9.755	94,07%	
2017	170.582	13.581	92,00%	
2018	171.876	12.205	92,89%	

Obs.: a coluna de ligações atendidas compreende o total de ligações/registros referente aos produtos da FHE e da POUPEX.

Fonte: CEREL

Reclamações na Ouvidoria

Um fator importante a ser considerado para a mensuração da qualidade dos serviços do Centro de Relacionamento é a quantidade de registros realizados na Ouvidoria da FHE. Das 171.876 ligações atendidas no ano de 2018, foram registradas 13 consideradas procedentes, o que representa uma reclamação para cada 13.221 ligações atendidas.

Quadro 2 - Indicador de reclamações na Ouvidoria

INDICADOR		FÓRMULA DE CÁLCULO		
Relação entre reclamações procedentes registradas na Ouvidoria e o número de ligações atendidas		= Quantidade de ligações atendidas / quantidade de reclamações procedentes registradas na Ouvidoria		
ANO	LIGAÇÕES ATENDIDAS	RECLAMAÇÕES REGISTRADAS	RECLAMAÇÕES PROCEDENTES	RELAÇÃO
2015	157.469	16	16	1 reclamação para cada 9.842 ligações atendidas
2016	164.680	16	16	1 reclamação para cada 10.292 ligações atendidas
2017	170.582	17	17	1 reclamação para cada 10.034 ligações atendidas
2018	171.876	13	13	1 reclamação para cada 13.221 ligações atendidas

Obs: foram feitos ajustes nas quantidade contida nas colunas “Reclamações Registradas e Procedentes” e na coluna “Relação” nos anos de 2015, 2016, 2017 contabilizando somente as reclamações para FHE.

Fonte: CEREL

Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade

A Fundação Habitacional do Exército (FHE) utiliza o seu relatório anual para disseminar os resultados financeiros; as demonstrações contábeis; a governança corporativa; os controles internos; informações sobre os empreendimentos; e o desempenho dos produtos e serviços. Capítulo especial é destinado à responsabilidade social, com a apresentação de patrocínios e apoios concedidos. Esse anuário é remetido para Oficiais-Generais e parceiros, além de ser disponibilizado no site da instituição, em www.fhe.org.br/institucional/relatorios-anuais.

As prestações de contas anuais da FHE estão disponíveis também em seu site, e podem ser conferidas no endereço: <http://www.fhe.org.br/institucional/prestacao-de-contas-anuais>.

Medidas para garantir a acessibilidade aos produtos, serviços e instalações

Para assegurar o acesso dos beneficiários a informações sobre a instituição, seus produtos e serviços, a Fundação Habitacional do Exército (FHE) disponibiliza um site de fácil navegação, que permite ao usuário o acesso a vasto conteúdo e à ferramenta Autoatendimento Web, para fazer simulações, consultar saldos, gerar boletos e emitir a 2ª via de documentos, além de alterar o endereço para correspondência.

Com o objetivo de proporcionar amplo atendimento aos beneficiários, a FHE disponibiliza canal próprio de atendimento aos portadores de deficiência na audição e/ou fala: (0800 646 4747). O atendimento é prestado via software específico permitindo a comunicação por meio de texto escrito atendendo às regulamentações relativas à acessibilidade.

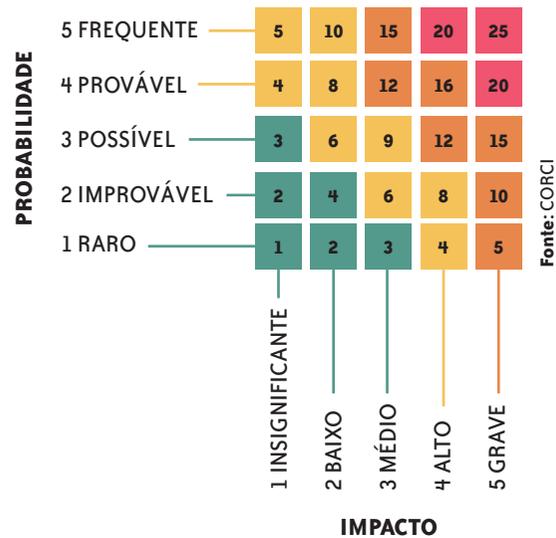
A Sede, em Brasília (DF), os Pontos de Atendimento e os empreendimentos construídos pela FHE cumprem as normas de acessibilidade, em especial a Lei n.º 10.098/2000, o Decreto n.º 5.296/2004 e a NBR 9050. Todas as instalações internas e externas da Fundação Habitacional do Exército atendem às normas regulamentadoras de acessibilidade para pessoas com deficiência



GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

PRINCIPAIS RISCOS E SUA VINCULAÇÃO AOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

A Instituição vale-se de metodologia própria para avaliação dos riscos, considerando a relação Probabilidade x Impacto, em que se identificam os eventos prioritários para receber o tratamento sob o enfoque de implementação de procedimentos de controles internos.



Essa metodologia prevê níveis crescentes de risco, como apontado na figura a seguir:

A metodologia utilizada para identificar riscos, atualizada em 2018, destina-se a levantar eventuais falhas na execução, no cumprimento de prazos e no gerenciamento das atividades na Instituição, falhas em sistemas de TI, práticas inadequadas relativas a beneficiários, produtos e serviços, possíveis demandas trabalhistas e deficiências na segurança dos locais de trabalho, originadas de fontes internas e/ou externas, com capacidade para afetar a implementação da estratégia ou o alcance dos objetivos da instituição.

Tais categorias de riscos estão vinculadas a dois dos Objetivos Estratégicos da Instituição: “Garantir a continuidade dos negócios” e “Aprimorar a gestão e otimizar recursos operacionais”.

Assim, os planos de ação e os procedimentos de controles internos correspondentes serão sequencialmente monitorados, tendo a Coordenadoria de Riscos e Controles Internos – CORCI como área responsável por essa ação, uma vez que responde pelo gerenciamento de riscos e pela coordenação do Sistema de Controles Internos da Instituição.





MEDIDAS ESPECÍFICAS DE GERENCIAMENTO DE RISCOS SIGNIFICATIVOS

Quadro 3 - Avaliação do Sistema de Controles Internos da Gestão

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
AMBIENTE DE CONTROLE	1	2	3	4	5
Princípio 1 - Integridade e Valores Éticos					
1. A alta administração estabeleceu e adota um código ou códigos formais de conduta e outras políticas que comunicam normas apropriadas de comportamento moral e ético.					
2. Foi criada comissão de ética com condições de trabalho que assegurem o cumprimento de suas funções.					
3. Existem canais para recebimento de denúncias formalmente instituído na Unidade?					
Princípio 2 - Estrutura de Governança (Independência e Supervisão)					
4. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da organização e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					
5. O Conselho de Administração (ou estrutura equivalente) demonstra independência em relação à Administração, realizando uma supervisão da elaboração e da execução dos controles internos.					
Princípio 3 - Estruturas, Níveis de Subordinação, Autoridades e Responsabilidades					
6. Existe organograma formalmente estabelecido.					
7. O organograma foi complementado por um manual, regimento, resolução, portaria, etc, que estabelecem as competências e responsabilidades das unidades e dos cargos que compõe a organização.					
8. A estrutura organizacional do órgão é apropriada para seu tamanho e para a natureza de suas operações.					
9. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					
10. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da unidade.					
11. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.					
Princípio 4 - Estrutura de Recursos Humanos					
12. Há políticas e procedimentos para contratar, orientar, capacitar, avaliar, promover, disciplinar, reter e demitir servidores.					
Princípio 5 - Responsabilidades por Funções de Controle					
13. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação da força de trabalho dos diversos níveis da estrutura da organização na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.					
14. Existem mecanismos gerais de controle instituídos pela organização para avaliar se as pessoas assumem suas responsabilidades por função de controle interno.					
AVALIAÇÃO DE RISCO	1	2	3	4	5
Princípio 6 - Identificação de Objetivos					
15. Os objetivos e metas da organização estão formalizados.					
16. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da organização.					

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
Princípio 7 - Identificação dos Riscos					
17. É prática da organização o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade e impacto de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.					
18. É prática da organização a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.					
19. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.					
Princípio 8 - Potencial para Fraude					
20. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da organização.					
21. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da organização instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					
Princípio 9 - Identificação de Mudanças					
22. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da organização ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.					
ATIVIDADE DE CONTROLE	1	2	3	4	5
Princípio 10 - Atividades de Controle para Redução de Riscos - Princípio 12 - Políticas e Procedimentos					
23. Há políticas, procedimentos, técnicas e mecanismos de natureza preventiva ou de detecção que contribuem para a redução, a níveis aceitáveis, dos riscos e para o alcance dos objetivos da organização.					
24. As atividades de controle descritas nos manuais de políticas e procedimentos são efetivamente aplicadas e de forma correta.					
25. A Alta Administração examina regularmente o desempenho efetivo em relação a orçamentos, previsões e resultados de períodos anteriores.					
26. Os gestores, em todos os níveis de atividades, examinam relatórios de desempenho, analisam tendências e mensuram os resultados em relação às metas.					
27. As atividades de controle adotadas pela organização são abrangentes e estão alinhadas ao planejamento estratégico da unidade.					
28. Medidas e indicadores de desempenho foram estabelecidos em toda a organização no nível do órgão como um todo e em nível de atividade.					
29. As atividades de controle adotadas pela organização possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.					
Princípio 11 - Controle sobre a Tecnologia					
30. Os controles preventivos e corretivos adotados pela organização são realizados com o uso da tecnologia.					
31. A organização desenvolve atividades de controle para avaliar a integridade, a precisão e a disponibilidade do processamento da tecnologia.					
32. A organização estabelece atividades de controle sobre os processos relevantes de gerenciamento de segurança.					
33. A organização estabelece atividades de controle sobre os processos relevantes de aquisição, desenvolvimento e manutenção de tecnologia.					
INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	1	2	3	4	5
Princípios 13, 14 e 15 - Informação e Comunicação					
34. A informação relevante para a organização é devidamente identificada, documentada, armazenada, testada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas?					



ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
MONITORAMENTO	1	2	3	4	5
Princípio 16 - Monitoramento Contínuo e Avaliações Separadas					
35. O sistema de controle interno da organização é constantemente monitorado pelos gestores para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.					
36. O sistema de controle interno da organização tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas pela auditoria interna, CGU e TCU, entre outros.					
37. O sistema de controle interno da organização tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.					
Princípio 17 - Avalia e Comunica Deficiências					
38. A organização avalia e comunica as deficiências de controle às partes interessadas (inclusive à estrutura de governança e à alta administração, quando aplicável) em tempo hábil, para a adoção de medidas corretivas.					
Análise crítica e comentários relevantes:					
<ul style="list-style-type: none"> • A Fundação Habitacional do Exército – FHE possui Código de Conduta e conta com Comitê de Ética com atribuição de avaliar, conduzir e tratar questões consideradas relevantes e merecedoras de atenção. Foi elaborado termo de Código de Conduta com parâmetros pré-estabelecidos, os quais norteiam a forma e os procedimentos a serem adotados, assim como a importância do relacionamento interpessoal e demais requisitos necessários, com critérios descritos em normativo interno da Instituição. • A comunicação com o Comitê de Ética é acessível àqueles que julguem necessária a intervenção dessa estrutura na apreciação de eventuais denúncias. • A Governança da FHE apoia e incentiva as atividades realizadas pelo Sistema de Controles Internos – SCI, a fim de que possam ser tratadas as demandas que exijam tratamento sob o aspecto de gerenciamento de riscos e de procedimentos de controles internos. • A Diretriz-Geral da Presidência enfatiza o aprimoramento contínuo do Sistema de Controles Internos e Gerenciamento de Riscos. • No que concerne à segregação de funções e à prevenção ao conflito de interesses, a FHE dispõe de política com diretrizes específicas, com atuação do Conselho de Administração independente da Diretoria Colegiada. • Visando auxiliar os gestores no aprimoramento dos processos operacionais da Instituição, a FHE dispõe de um Sistema de Controles Internos – SCI, cujo núcleo é formado pelas seguintes áreas: <ul style="list-style-type: none"> » Ouvidoria - OUID, responsável pelos registros dos clientes externos, que são tratados sob o aspecto de risco operacional e, portanto, merecedor de tratamento para aprimoramento dos processos operacionais relacionados; » Consultoria de Gestão Organizacional - COGEO, que contribui com a realização do mapeamento dos processos, e ainda na configuração do Sistema DocNix, que consolida os normativos internos; » Coordenadoria de Riscos e Controles Internos – CORCI, que se encarrega da coordenação deste núcleo. • Com atuação no âmbito de toda a Instituição, o SCI realiza reuniões bimestrais com tratativas para os assuntos diversos, em especial os destacados nos relatórios oriundos da OUID, COGEO e CORCI, ou ainda os temas ressaltados pela Auditoria Interna – AUDIF ou pelos órgãos de fiscalização e controle. • As reuniões bimestrais contam com a participação dos gestores das Unidades Técnico-Administrativas – UTA, oportunidade em que disponibilizam esclarecimentos e contam com o assessoramento do núcleo do SCI, com o propósito de aperfeiçoar os processos operacionais. • Semestralmente elabora-se relatório com detalhamento dos assuntos tratados nas reuniões, remetendo-o ao Vice-Presidente, a quem as áreas que formam o núcleo do SCI têm relação funcional. • A FHE possui um sistema de Gestão de Documentos – DocNix, disponível para consulta na Instituição, em que se encontram os normativos gerais de funcionamento nos níveis estratégico, tático e operacional. • No que se refere à segregação de funções e prevenção ao conflito de interesses, a Instituição conta com procedimentos formais, instituídos pelo Sistema de Alçadas e Competências, sob a coordenação do Diretor de Administração Financeira – DIRAF. • Os sistemas utilizados para processar e armazenar os produtos da FHE são desenvolvidos ou adquiridos pela POUPEX, cabendo à Instituição ressarci-la dos serviços, dos recursos humanos e da tecnologia. • As áreas que formam o núcleo do SCI valem-se de ferramenta institucional para efetivação dos monitoramentos necessários à condução de suas atividades. • A FHE tem se valido de orientações da Controladoria Geral da União – CGU como medida de boas práticas corporativas, apesar de estar ancorada pelo Art. 4º da Lei Nº 7.750, de 13 de abril de 1989, que estabelece supervisão distinta daquela aplicada às autarquias, às fundações públicas e aos demais órgãos e entidades da Administração Indireta. • Em relação ao ano de 2017, este quadro manteve a escala de avaliação dos elementos de controle e gerenciamento de riscos, revelando a maturidade alcançada pela Instituição e representando a atuação do SCI e o envolvimento da Governança. Mereceu ajuste apenas o item 18, conforme detalhado a seguir: <ul style="list-style-type: none"> » 18 - Prática da organização, definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão. » Posição anterior - 4 e posição atual - 5. Justificativa - A Instituição desenvolveu metodologia diferenciada para apreciação dos níveis de riscos, como detalhado em item anterior deste relatório. 					
Considerações gerais:					
<ul style="list-style-type: none"> • A POUPEX, condutora das ações de TI que atendem à FHE, utiliza-se das práticas e roteiro oferecidos pelo COSO - Comitê de Organizações Patrocinadoras da Comissão <i>Treadway</i>, inclusive para o que se refere à configuração dos sistemas utilizados para a automação dos dados e respectiva contabilização. • A Instituição utiliza o Plano de Contas correspondente às Instituições Financeiras, denominado COSIF, estando assim configurada sua Contabilidade. • Para fim de Risco Operacional, a Instituição também segue as orientações da Resolução nº 4.557/2017, do Conselho Monetário Nacional – CMN, pela abrangência na abordagem dos eventos ali relacionados e pelo fato de ter sua contabilidade configurada pelo plano de contas das Instituições Financeiras, regulamentadas pela resolução citada. • A identificação e avaliação dos fatores internos e externos de riscos, bem como a aplicabilidade das leis e regulamentos no âmbito da Instituição, são realizadas sob a coordenação da Gerente Executiva da Coordenadoria de Riscos e Controles Internos – CORCI, Hidelma da Cunha Nantes. 					
Escala de valores da Avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente não observado no contexto da unidade.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da unidade, porém, em sua minoria.					
(3) Neutra: Significa que não há como avaliar se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da unidade.					
(4) Parcialmente válida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da unidade, porém, em sua maioria.					
(5) Totalmente válido: Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente observado no contexto da unidade.					

RESULTADOS DA GESTÃO

RESULTADOS ALCANÇADOS FRENTE AOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS E ÀS PRIORIDADES DA GESTÃO

a) Objetivo: Apoiar projetos de cunho social.

Objetivos de área

- Conceder patrocínios.
- Conceder apoios diversos.
- Oferecer seguros gratuitos.

Resultados alcançados

Em 2018, a Fundação Habitacional do Exército (FHE), em conformidade com a sua Política de Patrocínio e Apoio, investiu em ações sociais, educacionais, culturais e esportivas que proporcionaram qualidade de vida aos beneficiários.

Nesse sentido, priorizou o atendimento a clubes e a círculos militares, em reformas de instalações e na realização de eventos diversos.

As creches voltadas para filhos de integrantes do Exército com menor poder aquisitivo foram contempladas com recursos para custear parte das despesas de manutenção.

Instituições assistenciais que cuidam de crianças e idosos foram selecionadas e auxiliadas na realização de trabalhos para pessoas em situação de vulnerabilidade financeira ou com algum tipo de deficiência. Um exemplo é a Associação Nacional de Equoterapia (ANDE-BRASIL), que, por meio de método terapêutico com o uso do cavalo, promove a reabilitação funcional.

Para incentivar cabos e soldados a ingressarem em escolas militares, a FHE manteve o patrocínio ao Programa Educar é a Nossa História, sob a condução da Diretoria de Civis, Inativos, Pensionistas e Assistência Social do Exército (DCIPAS). Essa iniciativa possibilita a descendentes de melhor desempenho, bolsas de estudo em curso preparatório para o exame admissional.

Os alunos mais bem classificados em escolas e cursos de formação, aperfeiçoamento e altos estudos militares foram premiados pela Fundação Habitacional do Exército, como forma de valorizar o empenho e a dedicação visando à formação como Oficial ou Sargento das Forças Armadas. No total, 176 militares tiveram o mérito reconhecido.

Com o objetivo de contribuir com a Marinha, o Exército e a Aeronáutica na divulgação de suas operações e campanhas institucionais, além de valores cívicos, a FHE apoiou as rádios Marinha FM, Verde-Oliva FM e Força Aérea FM, que veiculam programação musical de qualidade e notícias do Brasil e do mundo.

A Banda Sinfônica do Exército, a Marcial do Corpo dos Fuzileiros Navais e outras filantrópicas formadas por jovens talentos de regiões carentes de Brasília (DF) e do Rio de Janeiro (RJ) contaram com a colaboração financeira da FHE para ensaios e apresentações, proporcionando, especialmente para essas últimas, a inclusão social de seus integrantes.

Alguns atletas de alto desempenho e futuro promissor foram auxiliados em suas despesas para treinamento e participação em competições esportivas.

No total, em 2018, foram investidos R\$ 16 milhões em patrocínios e apoios, em 2.209 iniciativas.





No que se refere aos Seguros Gratuitos, 129.821 segurados foram contemplados pelas coberturas oferecidas pelas apólices e, no ano de 2018, foram pagas 72 indenizações no total de R\$ 122,9 mil. Esses seguros de vida e/ou acidentes pessoais são concedidos, gratuitamente, a cabos e soldados, a alunos dos Centros e dos Núcleos Preparatórios de Oficiais da Reserva, a estudantes de Colégios Militares e da Fundação Osório, e a menores assistidos por programas sociais das Forças Armadas e aos alunos das Escolas de Formação das Forças Armadas.

b) Objetivo: Garantir a continuidade dos negócios.

Objetivo de área

- Administrar os recursos da FHE.

Resultados alcançados

A FHE utiliza o fluxo de caixa como instrumento de controle e acompanhamento do planejamento financeiro, monitorando suas fontes de recursos e definindo opções para atender aos objetivos traçados para o ano.

Mensalmente, os desempenhos institucional, contábil e orçamentário são apresentados à Diretoria Colegiada, oportunidade em que são demonstrados os principais fatores que influenciaram o resultado dos produtos e serviços.

c) Objetivo: Fortalecer o relacionamento com as Forças Armadas.

Objetivo de área

- Atender às demandas do Comando do Exército relativas às operações de remanejamento patrimonial.

Resultados alcançados

Quanto às operações imobiliárias em andamento:

- Remanejamento patrimonial BARUERI IV: para o encerramento da operação de remanejamento patrimonial, aguarda-se a conclusão do processo de incorporação ao patrimônio da União do terreno onde foi construído, pela FHE, um edifício residencial para Próprios Nacionais Residenciais (PNR) destinados a militares.

Os indicadores que representam a execução do objetivo estratégico são as obras de contrapartidas realizadas pela FHE para o Exército, que foram finalizadas em 31/12/2012.

d) Objetivo: Incrementar o relacionamento com os beneficiários.

Objetivos de área

- Divulgar os produtos e serviços.
- Ampliar os canais de relacionamento com os beneficiários.

Resultados alcançados

Para que os beneficiários tenham conhecimento dos produtos e serviços da Fundação Habitacional do Exército (FHE), a instituição utiliza meios de comunicação de grande alcance e fácil acesso.

O site da FHE está em constante evolução. Em 2018, ele foi reprogramado com o uso de novo software, proporcionando melhorias no design e mais funcionalidades, em especial no sistema de busca por informações e na área destinada a divulgar os empreendimentos. O simulador do financiamento imobiliário foi inserido na página inicial, possibilitando o aumento no número de simulações por aqueles que desejam adquirir a casa própria.

O informativo Conquista, com tiragem de 75.000 exemplares/bimestre, é remetido para a residência de beneficiários e inserido nos sites da FHE e do Exército. É, também, encartado nos noticiários da Marinha e da Aeronáutica.

Os Pontos de Atendimento são abastecidos com material publicitário a ser disponibilizado aos clientes e distribuído em palestras para o público preferencial, os militares. Pontos móveis e itinerantes são disponibilizados em Unidades das Forças Armadas para aproximar a instituição de seus beneficiários.

Notícias sobre os produtos da FHE e spots são veiculados nas rádios Marinha FM, Verde-Oliva FM e Força Aérea FM.

A Fundação Habitacional do Exército disponibiliza um Centro de Relacionamento com o Cliente, com atendimento também para surdos. Em 2018, das 171.876 ligações recebidas, 93% tiveram suas demandas resolvidas no primeiro contato. Aqueles que desejam registrar elogios, sugestões, denúncias e reclamações não solucionadas nos canais habituais contam com a Ouvidoria.

e) Objetivo: Oferecer produtos e serviços competitivos.

Objetivos de área

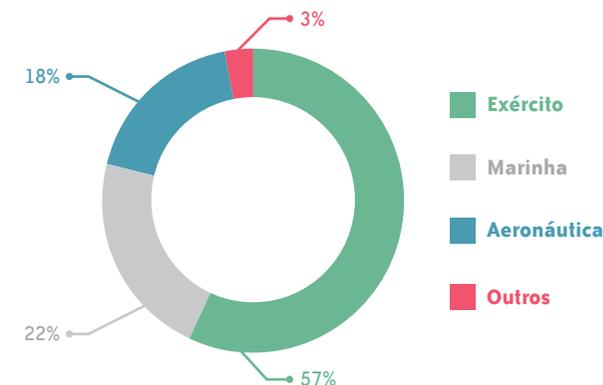
- Oferecer crédito pessoal.
- Conceder financiamentos imobiliários.
- Administrar o retorno dos créditos.
- Manter sob controle a inadimplência.
- Oferecer consórcios.
- Incrementar a carteira dos seguros.
- Comercializar as unidades habitacionais dos empreendimentos habitacionais.

Resultados alcançados

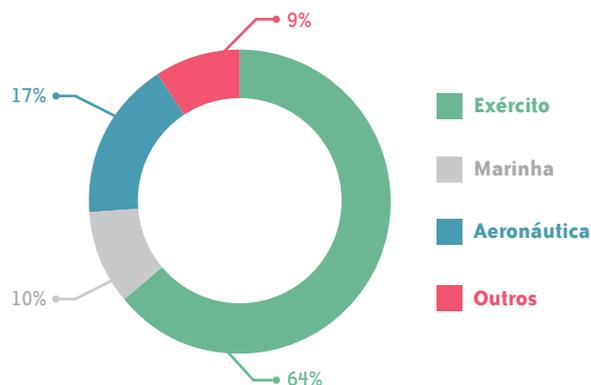
Com relação ao crédito pessoal, a Fundação manteve a política de oferecer empréstimos pessoais com taxas de juros baixas, priorizando o atendimento aos integrantes das Forças Armadas. As carteiras de Empréstimo Simples, Empréstimo Fardamento e Financiamento de Eletroeletrônicos encerraram o ano com 149.287 empréstimos vigentes, apresentando saldo de R\$ 2.404.662 mil, com acréscimo de 12,45% no volume de recursos em relação a 2017 (R\$ 2.138.287 mil).

O produto Empréstimo Simples apresentou um acréscimo de 26,34% no número de contratos vigentes e acréscimo de 12,50% no volume de recursos em relação a 2017. O produto Empréstimo Fardamento apresentou um decréscimo no número de contratos vigentes (17,63%) e no volume de recursos em relação a 2017 (27,38%). O produto Financiamento de Eletroeletrônicos concedeu, em 2018, valor 7,68% menor que o total do realizado em 2017.

Empréstimo Simples/Fardamento | Carteira por Segmento



Financiamento de Eletroeletrônicos | Carteira por Segmento



Em 2018, a FHE atingiu um montante de recursos contratados em Financiamentos Imobiliários de R\$ 185.582 mil, beneficiando 980 famílias nos programas habitacionais exclusivos para o público militar, conforme abaixo:

- a) Programa Especial de Moradia – PEM: foram beneficiadas 387 famílias, totalizando R\$ 57.204 mil em recursos contratados.
- b) Meu 1º Imóvel: foram beneficiadas 141 famílias, totalizando R\$ 28.170 mil em recursos contratados.
- c) PROCAP: foram beneficiadas 452 famílias, totalizando R\$ 100.208 mil em recursos contratados.

Com relação ao indicador do retorno dos créditos da carteira imobiliária da FHE, objetivando aprimorar a gestão por resultados, foi adotado o critério de estatística comparativa para mensuração dos dados (Quadro 4).

O Consórcio Nacional POUPEX registrou crescimento nas vendas de cotas em todos os segmentos (imóveis, carro, moto e serviços) em comparação a 2017, totalizando 27.836 cotas.

A modalidade de imóveis se destacou, atingindo 17.601 cotas ativas em dezembro. No ano foram encerrados, contabilmente, 10 (dez) grupos, totalizando a saída de 2.363 cotas da carteira.

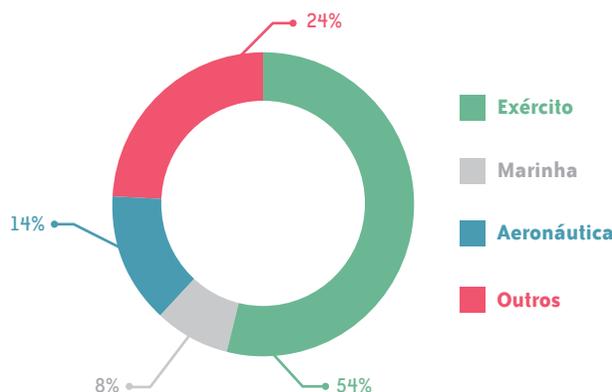
O produto FAM, seguro coletivo de pessoas, em dezembro 2018, contava com 204.072 segurados, apresentando uma redução de 5,97%, quando comparado à quantidade de 2017 (217.023).

Quadro 4 – Índice de Inadimplência da carteira imobiliária

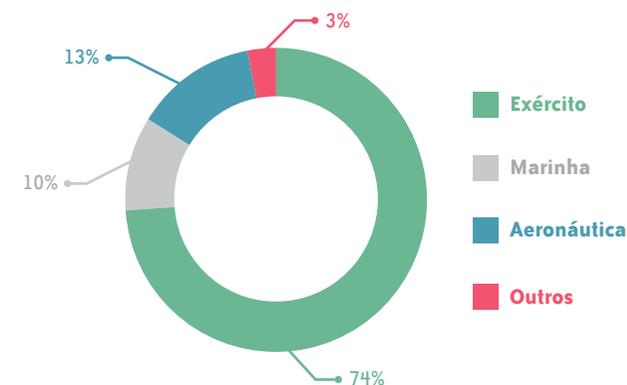
OBJETIVO ESTRATÉGICO	OFERECER PRODUTOS E SERVIÇOS COMPETITIVOS		
Objetivos de Área	<ul style="list-style-type: none"> • Administrar o retorno dos créditos; • Controlar a Inadimplência 		
Modalidade	% Inadimplência		
	2016	2017	2018
Crédito Imobiliário	0,72%	0,43%	0,32%
Financiamento Imobiliário	0,40%	0,34%	0,25%
Material de Construção*	7,30%	10,42%	14,81%

Obs.: Confrontando o critério de inadimplência com atraso superior a três prestações.
 (*) Elevado índice de variação em função da redução do número de contratos na Carteira, decorrentes de cessão de créditos, das amortizações e liquidações realizadas, bem como da suspensão da concessão de crédito para essa linha.
 Periodicidade: Anual

Consórcio | Carteira por Segmento



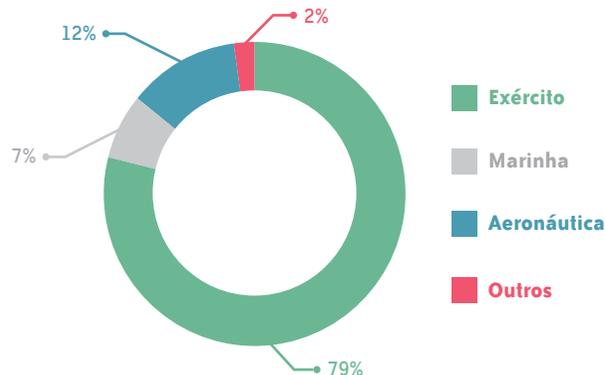
FAM | Carteira por Segmento



O FAM Família é outro plano de seguro estipulado pela FHE, que reúne coberturas securitárias e serviços, além de possibilitar ao segurado a participação em 4 (quatro) sorteios mensais de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), cada. Esse produto tem como público-alvo os militares do Exército, da Marinha e da Aeronáutica; cônjuges de militares das Forças Armadas, filhos de militares das Forças Armadas; pensionistas de militares das Forças Armadas; servidores civis das Forças Armadas e seus pensionistas; e funcionários do Banco do Brasil. Em dezembro de 2018, contava com 14.842 segurados, representando aumento de 46,1% em relação ao ano de 2017 (10.159 segurados).

Já por meio do Seguro Decessos, a FHE continuou a oferecer à família militar a realização do funeral do segurado, de seu cônjuge, filhos dependentes menores de 21 anos e filhos maiores incapazes e, como agregados, seus filhos maiores de 21 anos, seus pais e seus sogros, seus netos, seus irmãos e seus sobrinhos. Em dezembro de 2018, este seguro contava com 223.168 segurados, representando um decréscimo de 0,35% em relação ao ano de 2017 (223.953).

DECESSOS | Carteira por Segmento



O seguro de automóvel fechou o ano de 2018 com 13.067 apólices, contra as 12.790 em 2017, resultando num crescimento de 2,17%. A fim de proporcionar garantias para bens imóveis a FHE ofereceu ainda o Seguro Residência e Condomínio. Além da cobertura básica de seguro residencial – que inclui incêndio, explosão e queda de raios –, o produto tem proteção extra, se contratada a cobertura, contra danos elétricos, roubo ou furto de bens, quebra de vidros, entre outras coberturas. O seguro Residência fechou o ano de 2018 com 1.441 apólices contra 1.158 em 2017, resultando um crescimento de 24,4%.

O Plano Odontológico é um produto destinado a atender os militares ativos, inativos e pensionistas das Forças Armadas. Podendo ser incluídos como dependentes seus cônjuges, filhos, irmãos, pais, avós, tios, sobrinhos, tutelados, sogros, genros, noras, cunhados, netos, padrasto, madrastra e enteados do titular. O produto disponibiliza vários planos com coberturas diferenciadas e a rede de atendimento está presente em todos os estados e em praticamente todos os municípios onde exista público militar. No final de 2018, o produto contemplava 25.856 clientes e dependentes, apresentando um crescimento de 4,4% em relação ao ano anterior (24.762).

Quanto aos empreendimentos:

- Empreendimento PENÍNSULA, LAZER & URBANISMO: prosseguimento das atividades de comercialização, atingindo 12 (doze) imóveis em 2018.
- Empreendimento GRAND VILLE: 21 (vinte e uma) unidades comercializadas no período.

Comercialização de imóveis recebidos

- Quanto aos imóveis retomados, foram comercializados 02 imóveis recebidos por meio de consolidação da propriedade e rescisão contratual respectivamente,
- Av. Deputado Tarcílio Bernardo, nº 171, Jardim Continental, Piracangagua - Taubaté/SP,
- Avenida Santa Cruz nº 833, Bloco 6, ap. 504, Realengo - Rio de Janeiro/RJ.

f) Objetivo: Realizar empreendimentos habitacionais de acordo com o interesse do Exército e/ou onde a demanda dos beneficiários indicar.

Objetivos de área

- Adquirir e realizar a manutenção de terrenos.
- Viabilizar a produção de empreendimentos imobiliários.

Resultados alcançados

Em 2018, foi adquirido um terreno para futuro empreendimento na cidade de Goiânia/GO, pelo valor de R\$ 4.050 mil.

Conforme previsão no planejamento estratégico de 2018, foi iniciada a construção de quatro empreendimentos habitacionais. Em Porto Alegre/RS, o Residencial Portal de Petrópolis, em Samambaia/DF, o Residencial Bela Vista, em João Pessoa/PB, o Residencial Torre do Sol e, em Santa Maria/RS, o Residencial Araucárias.

No segundo semestre de 2018, foram concluídos os projetos do Residencial Campo dos Ipês, em Campo Grande/MS; do Residencial Monte Verde, em Juiz de Fora/MG; e do Residencial Bosque da Freguesia, localizado no Rio de Janeiro/RJ.

Também foram estabelecidas parcerias com as empresas BRASAL e PAULO OCTÁVIO para construção de 3 empreendimentos, por permuta, em Brasília/DF, os Residenciais RESERVA CAPITAL, GRAND MAISON e GRAND PARC.

g) Objetivo: Ampliar e intensificar o relacionamento com os parceiros.

Objetivo da área

- Ampliar a quantidade de beneficiários atendidos.

Resultados alcançados

Em 2018, a Diretoria de Produtos manteve a carteira de convênios, analisando a eficácia, deixando de renovar aqueles vincendos, que não tiveram concessões ou que apresentaram dificuldades operacionais durante a vigência.

O foco recaiu sobre entidades com grande número de beneficiários no âmbito nacional e com o perfil desejável, o que tem ensejado parcerias com o setor privado (PSP), em substituição a alguns convênios cuja assinatura se mostrou inviável, tendo em vista a burocracia administrativa, especialmente, instituições públicas.

Com 3 (três) convênios com vencimento durante o exercício, a FHE declinou da renovação de 2 (dois), em função de questões operacionais que se mostraram insolúveis. Ainda, renovou 1 (um) dos convênios por mais 60 (sessenta) meses.

Como resultado geral, foram concedidos 109 Empréstimos Simples aos beneficiários de convênios com a FHE.

O Consórcio Nacional POUPEX terminou 2018 com 1.224 cotas ativas comercializadas para beneficiários de convênios.

A FHE encerrou 2018 com 195 Bombeiros Militares do Distrito Federal como participantes do FAM.

h) Objetivo: Aprimorar a gestão e otimizar recursos operacionais.

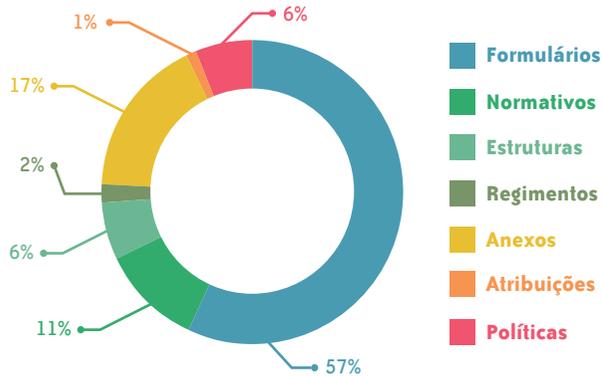
Objetivos de área

- Gerir os processos, normativos e o planejamento estratégico.
- Realizar auditorias.

Resultados alcançados

Deu-se continuidade à sistemática de revisão dos processos organizacionais, de negócio e de suporte, conforme cronograma estabelecido para o ano.

A gestão de normativos, com o apoio da COGEO, procedeu a revisão dos manuais, resultando em 65 documentos publicados conforme figura:



De acordo com o planejamento inicial, foi aprovada a metodologia de análise de custos e a Política de Segurança Organizacional.

A revisão do planejamento estratégico para o ano de 2019 com os gestores das UTA, definiu-se iniciativas estratégicas com foco nos beneficiários, como: atuação em mais canais de relacionamento; adoção de plataformas digitais de autosserviço; promoção da fidelização dos beneficiários aos produtos e serviços da instituição.

Os resultados obtidos na condução dos objetivos definidos no Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna (PAINT) estão descritos no Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna (RAINT), encaminhado ao Centro de Controle Interno do Exército (CCIE) e apreciado pelo Conselho de Administração, de acordo com o disposto no artigo 18, da Instrução Normativa nº 09, de 09/10/2018 do Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União (CGU) - Secretaria Federal de Controle Interno.

Outras informações sobre a gestão

Operações Imobiliárias

Operações Imobiliárias são aquisições, alienações e permutas de bens imóveis que, como consequência, geram lançamentos contábeis patrimoniais imobiliários com caráter de investimento.

Distinguem-se de *Áreas Especiais da Gestão* em razão das diferenças de natureza das ações reais, contábeis e jurídicas. Gestão imobiliária está ligada ao uso do bem, conquanto que operação imobiliária está ligada à propriedade do bem e sua transmissão entre pessoas físicas ou jurídicas.

Permutas imobiliárias com a União Federal/Comando do Exército

Conforme a tabela a seguir, demonstram-se as permutas realizadas pela FHE com a União Federal/Comando do Exército, denominados Remanejamentos Patrimoniais. São operações imobiliárias caracterizadas, principalmente, pela permuta de terrenos de propriedade da União, jurisdicionados ao Comando do Exército, por edificações, a serem construídas pela FHE e entregues ao Exército, como contrapartidas.

Quadro 5 - Relação das permutas imobiliárias em andamento no Exercício

UNIDADE PERMUTANTE		
Nome: COMANDO DO EXÉRCITO (2)		
CNPJ: 00.394.452/0269-19		UG/GESTÃO:
INFORMAÇÕES SOBRE AS PERMUTAS (1)		
Instrumento Jurídico (3)	Termo de Ajuste nº 0604600	
Identificação da Operação	Barueri IV	
Data da Avença (4)	01/06/2006	
Registro da transferência de domínio do imóvel da União para a FHE em cartório de registro de imóveis (5A)	(5B) R.4 da Matrícula nº 129.347; e R.3 das Matrículas nº 129.438, 129.439 e 129.440, do RGI de Barueri, do 1º Oficial /SP	
Valores Históricos Pactuados [R\$]	Valor da Avença (6)	14.300.000,00
	Valor em Contrapartidas(7)	10.000.000,00
	Valor em Torna (8)	4.300.000,00
Valores Pactuados e apurados no exercício [R\$]	Contrapartidas entregues até 31/12/2012 (9)	15.505.721,91
Observações:	O encerramento da operação depende da conclusão do processo de incorporação do terreno em Porto Alegre onde se erigiu um Próprio Nacional Residencial (PNR).	
<p>(1) Por se tratarem de permutas por edificações a construir, as avenças possuem dois momentos importantes para a contabilização de valores: os seus inícios, por Termos de Ajuste, e seus finais, por Contrato de Permuta. Os registros das transmissões e/ou averbações imobiliárias nos Cartórios de Registros de Imóveis ocorrem somente ao final das transações, quando todas as obras/edificações são definitivamente entregues. Dessa forma, as contabilizações em contas definitivas ocorrem após as lavraturas dos contratos de permuta. Antes disso, os lançamentos são realizados em contas transitórias.</p> <p>(2) A localização das obras de contrapartida e os CNPJ das unidades militares beneficiadas são encargos do Comando do Exército;</p> <p>(3) Os Termos de Ajuste possuem valor jurídico e econômico de compromissos de promessa de permuta, conforme a Lei Nº 10.406/2002 - Código Civil;</p> <p>(4) Data de subscrição dos Termos de Ajuste;</p> <p>(5A) O registro em cartório de imóveis das transferências de domínio (propriedade) caracterizam, normalmente, o final da avença;</p> <p>(5B) Casos em que, decorrente da especificidade da negociação, o registro ocorreu antes do final da avença;</p> <p>(6) Valores dos terrenos pactuados à época da lavratura dos Termos de Ajuste;</p> <p>(7) Valores das edificações a construir pactuados à época da lavratura dos Termos de Ajuste;</p> <p>(8) Valores remanescentes da homogeneização entre os valores dos terrenos em permuta e os valores das edificações a construir pactuados à época da lavratura dos Termos de Ajuste. Decorrem da não apresentação pelo Comando do Exército de volume de obras que absorvesse todo o valor dos terrenos em permuta, gerando saldos que são convertidos em crédito da FHE para com o Exército, reajustados pela Taxa Referencial, conforme pactuação expressa nos Termos de Ajuste;</p> <p>(9) Valor histórico acumulado das obras entregues ao Comando do Exército, conforme Termos de Recebimento Definitivo de Obras (TEREOs). O valor também está acrescido da variação do crédito do EB para com a FHE, quando existente na data de assinatura dos Termos Aditivos ao Termo de Ajuste.</p>		



Considerações Gerais

- a) As operações imobiliárias levadas a efeito pelo Comando do Exército, com respaldo na Lei 6.855/1980, Lei 7.750/1989, Lei 5.651/1970, nominadas pelo órgão de remanejamentos patrimoniais, ocorrem com base na Lei nº 10.406/2002 – Código Civil Brasileiro – e na Lei nº 5.651/1970, nas modalidades de compra e venda, permutas entre imóveis ou permutas por edificações a construir, com subsídios da Lei nº 9.636/1998 e da Lei nº 8.666/1993.
- b) A realização de permutas imobiliárias, ao invés de operações de compra e venda, tem sido uma opção do Comando do Exército. Tais operações conjugam alienações com edificações a construir e mesmo com a aquisição de terrenos novos, propiciando continuada implementação da política de estruturação imobiliária do Exército, com base na Lei nº 5.651/1970 e na Diretriz Ministerial (Exército) de 16 de agosto de 1996. Nesse contexto, a FHE está à disposição do Comando do Exército, que define sua participação conforme suas avaliações técnicas e de oportunidade.
- c) Basicamente, a opção recai sobre a FHE quando as obras necessitadas pelo Exército possuem distribuição espacial por vários pontos do território nacional, o que inviabilizaria a operação caso realizada com algum ente público, notadamente, estados e municípios, ou agrega bastante dificuldade e custo quando realizada com a iniciativa privada.

Análise Crítica

A manutenção da política de remanejamentos patrimoniais do Exército com a FHE, por meio de permutas por edificações a construir, tem permitido a consecução de sua finalidade social, conforme expresso em seu Estatuto (Portaria nº 1.300, de 10 de outubro de 2016, do Comandante do Exército, que aprova o estatuto da Fundação Habitacional do Exército - DOU nº 197, de 13/10/2016, Seção 1, página 15):



“

Art. 3º Compete à FHE, para consecução de seus objetivos:

I – facilitar o acesso à casa própria aos seus beneficiários, prioritariamente aos militares do Exército;

II – realizar empreendimentos habitacionais cujo interesse venha a ser manifestado pelo Comandante do Exército ou onde a demanda dos beneficiários indicar;

III – contribuir para a melhoria da qualidade de vida da família militar, atuando prioritariamente na área habitacional e prestando apoio social aos beneficiários (...).

”



INDICADORES DE DESEMPENHO QUANTIFICADOS E ALINHADOS AOS OBJETIVOS

Quadro 6 - Indicadores de Desempenho

OBJETIVO ESTRATÉGICO	OBJETIVO DE ÁREA	INDICADOR (UNIDADE)	PERIODICIDADE	DENOMINAÇÃO	FÓRMULA DE CÁLCULO	META PARA 2017	META PARA 2018	META PARA 2019	META PARA 2020	META PARA 2021	RESULTADO ALCANÇADO EM 2016	RESULTADO ALCANÇADO EM 2017	RESULTADO ALCANÇADO EM 2018
Apoiar projetos de cunho social	Conceder patrocínios e apoios diversos	Percentual	Anual	Recursos investidos em patrocínios e apoios	(Recursos investidos em patrocínios e apoios concedidos / recursos orçados para patrocínios e apoios) X 100	100%	100%	100%	100%	-	99,55%	99,21%	100%
Apoiar projetos de cunho social	Oferecer seguros gratuitos	Percentual	Anual	Carteira de Beneficiários (Seguros Gratuitos)	(Carteira atual / Carteira anterior) X 100	sem meta	sem meta	sem meta	-	-	130%	99%	92%
Garantir a continuidade dos negócios	Administrar os recursos da FHE	Percentual	Anual	Acompanhar o saldo do fluxo de caixa	(Saldo de caixa do exercício/saldo de caixa do exercício anterior) x 100	100%	100%	100%	-	-	104,38%	196,33%	189,70%
Incrementar o relacionamento com os beneficiários	Divulgar os produtos e serviços	Percentual	Anual	Edições do Informativo Conquista (Comunicação com o público em geral)	(Edições realizadas / Edições previstas) X 100	100%	100%	100%	100%	-	108%	100%	100%
Oferecer produtos e serviços competitivos	Administrar o retorno dos créditos	Percentual	Anual	Retorno do Capital emprestado (Empréstimo Simples)	(Amortizações / Saldo da Carteira) x 100	62%	58,66%	59,03%	-	-	63,25%	52,73%	50,71%
Oferecer produtos e serviços competitivos	Administrar o retorno dos créditos	Percentual	Anual	Retorno do Capital financiado (Financiamento de Eletroeletrônicos)	(Amortizações / Saldo da Carteira) x 100	70,47%	81,07%	83,37%	-	-	62,26%	67,80%	74,24%
Oferecer produtos e serviços competitivos	Oferecer consórcios	Percentual	Anual	Crescimento da Carteira (Consórcio)	(Total das vendas liquidadas do ano / Valor da meta de vendas do ano) * 100	-	15%	10%	-	-	-	-	98%
Oferecer produtos e serviços competitivos	Conceder financiamentos imobiliários	Percentual	Anual	Percentual de Processos Recebidos (Financiamentos para aquisição e construção de imóvel residencial)	(Total de Contratos Efetivados/Total de Processos Recebidos) X 100	sem meta	sem meta	sem meta	-	-	96,12%	94,18%	96,08%
Oferecer produtos e serviços competitivos	Conceder financiamentos imobiliários	Percentual	Anual	Percentual de Propostas Deferidas	(Total de propostas deferidas/Total de propostas recebidas) X 100	sem meta	sem meta	62%	63%	64%	77,67%	68,39%	61,73%



OBJETIVO ESTRATÉGICO	OBJETIVO DE ÁREA	INDICADOR (UNIDADE)	PERIODICIDADE	DENOMINAÇÃO	FÓRMULA DE CÁLCULO	META PARA 2017	META PARA 2018	META PARA 2019	META PARA 2020	META PARA 2021	RESULTADO ALCANÇADO EM 2016	RESULTADO ALCANÇADO EM 2017	RESULTADO ALCANÇADO EM 2018
Oferecer produtos e serviços competitivos	Conceder financiamentos imobiliários	Percentual	Anual	Percentual de Processos Recebidos	(Total de processos recebidos/Total de propostas deferidas) X 100	sem meta	sem meta	90%	90%	90%	93,20%	75,98%	87,88%
Oferecer produtos e serviços competitivos	Manter sob controle inadimplência	Percentual	Anual	Inadimplência da Carteira Imobiliária	Comparar a estatística de inadimplência mensurando o final do exercício atual com o anterior	-	-	-	-	-	0,72%	0,43%	0,32%
Oferecer produtos e serviços competitivos	Manter sob controle inadimplência	Percentual	Anual	Inadimplência do Fin. Imobiliário	Comparar a estatística de inadimplência mensurando o final do exercício atual com o anterior	-	-	-	-	-	0,40%	0,34%	0,25%
Oferecer produtos e serviços competitivos	Manter sob controle inadimplência	Percentual	Anual	Inadimplência do Material de Construção	Comparar a estatística de inadimplência mensurando o final do exercício atual com o anterior	-	-	-	-	-	7,30%	10,42%	14,81%
Oferecer produtos e serviços competitivos	Incrementar a carteira de seguros	Percentual	Anual	Fidelização de Beneficiários (Seguro Auto)	(Qtd. de Renovações / Total da Carteira) X 100	84,86%	84,44%	82%	-	-	82%	81%	83%
Oferecer produtos e serviços competitivos	Incrementar a carteira de seguros	Percentual	Anual	Captção de Beneficiários (Seguro Auto)	(Qtd. de Beneficiários Novos / Total da Carteira) X 100	29,52%	27,37%	23%	-	-	22%	21%	22%
Oferecer produtos e serviços competitivos	Incrementar a carteira de seguros	Percentual	Anual	Captção de Beneficiários (FAM FAMÍLIA)	(Qtd. de Beneficiários Novos / Total da Carteira) X 100	109%	108%	93%	-	-	Sem meta	90%	69%
Oferecer produtos e serviços competitivos	Incrementar a carteira de seguros	Percentual	Anual	Captção de Beneficiários (Plano Odontológico)	(Qtd. de Beneficiários Novos / Total da Carteira) X 100	13%	19%	16%	-	-	12%	16%	13%
Oferecer produtos e serviços competitivos	Incrementar a carteira de seguros	Percentual	Anual	Carteira de Beneficiários (Seguro Auto)	(Carteira atual / Carteira anterior) X 100	sem meta	sem meta	sem meta	-	-	95%	94%	102%
Oferecer produtos e serviços competitivos	Incrementar a carteira de seguros	Percentual	Anual	Carteira de Beneficiários (Seguro Decessos)	(Carteira atual / Carteira anterior) X 100	sem meta	sem meta	sem meta	-	-	101%	98%	100%

OBJETIVO ESTRATÉGICO	OBJETIVO DE ÁREA	INDICADOR (UNIDADE)	PERIODICIDADE	DENOMINAÇÃO	FÓRMULA DE CÁLCULO	META PARA 2017	META PARA 2018	META PARA 2019	META PARA 2020	META PARA 2021	RESULTADO ALCANÇADO EM 2016	RESULTADO ALCANÇADO EM 2017	RESULTADO ALCANÇADO EM 2018
Oferecer produtos e serviços competitivos	Incrementar a carteira de seguros	Percentual	Anual	Carteira de Beneficiários (Plano Odontológico)	$(\text{Carteira atual} / \text{Carteira anterior}) \times 100$	sem meta	sem meta	sem meta	-	-	100%	110%	104%
Oferecer produtos e serviços competitivos	Incrementar a carteira de seguros	Percentual	Anual	Carteira de Beneficiários (Seguro Residência)	$(\text{Carteira atual} / \text{Carteira anterior}) \times 100$	sem meta	sem meta	sem meta	-	-	125%	124%	124%
Oferecer produtos e serviços competitivos	Incrementar a carteira de seguros	Percentual	Anual	Carteira de Beneficiários (FAM Família)	$(\text{Carteira atual} / \text{Carteira anterior}) \times 100$	sem meta	sem meta	Sem meta	-	-	319%	190%	146%
Oferecer produtos e serviços competitivos	Comercializar as unidades habitacionais dos empreend. Habitacionais	Quantidade	Anual	Comercializar empreendimentos	Quantidade de unidades habitacionais vendidas	17	30	69	56	38	29	35	33
Realizar empreend. habitacionais de acordo com o interesse do Exército e/ou onde a demanda dos beneficiários indicar	Acompanhar a aquisição e manutenção de terrenos	Quantidade	Anual	Adquirir terrenos	Quantidade de terrenos adquiridos	5	3	6	-	-	3	1	1
Ampliar e intensificar o relacionamento com os parceiros	Ampliar a quantidade de beneficiários atendidos	Percentual	Anual	Convênios renovados	$(\text{Qtd. convênios renovados} / \text{Total de convênios vencidos em 2018})$	100%	100%	100%	-	-	100%	100%	33,33%
Aprimorar a gestão e otimizar rec. operacionais	Gerir os processos	Percentual	Anual	Cumprimento do PAINT	$(\text{Trabalhos realizados} / \text{total de trabalhos programados}) \times 100$	100%	100%	100%	-	-	100%	100%	96,77%
Aprimorar a gestão e otimizar rec. operacionais	Gerir os processos	Percentual	Anual	Recomendações da AUDIF acatadas	$(\text{Qtd. de recomendações acatadas} / \text{Qtd. de recomendações propostas}) \times 100$	100%	100%	100%	-	-	99,39%	97,92%	100%

Fonte: AUDIF, CECOM, DIPRO, GECON, GECRI, GEOPI, GEFIN, GEPRO, GERAC e GESEG

OUTROS INDICADORES DE DESEMPENHO

Neste subitem, estão elencados três objetivos estratégicos que possuem indicadores com elementos diferentes daqueles demonstrados no quadro do item anterior.

Quadro 6.1 - Comercialização de Empreendimentos Habitacionais da FHE

Objetivo Estratégico: Oferecer produtos e serviços competitivos

Nome do Indicador: Comercialização de empreendimentos habitacionais da FHE.

Descrição: Índice percentual de vendas das unidades habitacionais da FHE durante o exercício, a partir do total de unidades disponibilizadas para comercialização no período. O índice corresponde a uma cesta composta pelos empreendimentos que se encontram à venda durante o exercício.

Unidade: % de unidades vendidas em relação às disponíveis.

Periodicidade: anual.

Quadro 6.2 - Pontos de Atendimento - Projetos

Objetivo Estratégico: Aprimorar a gestão e otimizar recursos operacionais

Nome do Indicador: Desenvolvimento de projetos para implantação, reformas e/ou ampliação de Pontos de Atendimento.

Descrição: Percentual de desenvolvimento de projetos de Pontos de Atendimento, no exercício de 2018, em relação às etapas de projeto previstas.

Periodicidade: Anual

Quadro 6.3 - Pontos de Atendimento - Obra

Objetivo Estratégico: Aprimorar a gestão e otimizar recursos operacionais

Nome do Indicador: Execução de obras para a construção e reformas de Pontos de Atendimento.

Descrição: Percentual de execução de obras para a construção e reformas em Pontos de Atendimento, no exercício de 2018.

Periodicidade: Anual

Quadro 6.1 - Comercialização de Empreendimentos Habitacionais da FHE

COMERCIALIZAÇÃO DE EMPREENDIMENTOS HABITACIONAIS DA FHE EM 2018						
Empreendimentos	A	B	C	D	E	F
	Peso	Unidades disponíveis no período (índice previsto)	Unidades disponíveis (valor retificado)	Unidades vendidas no período (índice observado)	Índice direto (%)	Unidades vendidas (valor retificado %)
Península, Lazer & Urbanismo	3	15	45	12	80	36
Grand Ville	1	37	37	21	57	21
SOMA		52	82	33		57
Índice de Comercialização (%)		Parâmetros	- + 30% - baixo desempenho - + 70% - acima da expectativa			G 69,51%

Observações: Peso 5: refere-se a empreendimento de maior significado para o público-alvo; Peso 3: refere-se a empreendimento de médio significado para o público-alvo; Peso 1: refere-se a empreendimento de menor significado para o público-alvo; C = A x B; E = D/B x 100; F = C x E; G=F/Cx100

Fonte: GEOPI

Quadro 6.2 - Pontos de Atendimento - Projetos

DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS DE PONTOS DE ATENDIMENTO DA FHE EM 2018 (%)						
Pontos de Atendimento	Estudo Preliminar (Peso ½)	Anteprojeto (Peso ½)	Projeto Legal (Peso 3)	Projeto Executivo (Peso 3)	Complementares (Peso 3)	Índice de Desenvolvimento
ESCVM	100	100	100	100	100	100
PTF 19º BIMTZ	100	100	100	100	100	100
PTF PAMA LS	100	100	100	100	100	100
PTF ALA 3	100	100	100	100	100	100
ESCPE	100	100	100	100	100	100
ESCPA	100	100	100	100	100	100
PTF 1º BECMB	100	100	100	100	100	100
PSTSJ	100	100	100	100	100	100
PSTMB	100	100	100	100	100	100
PTF EEAR	100	100	100	100	100	100
ESCRJ	100	100	100	100	100	100
ESCRN	100	100	100	100	100	100
PSTBV	100	100	100	100	100	100
ESCST	100	-	-	-	-	5
PTF 6º RCB	100	-	-	-	-	5

Legenda: ESCVM - Escritório Regional na Vila Militar, Rio de Janeiro/RJ; PTF 19ºBIMTZ – Ponto Fixo de Atendimento 19º Batalhão de Infantaria Motorizado, São Leopoldo/RS; PTF PAMA LS - Ponto Fixo de Atendimento Parque de Material Aeronáutico de Lagoa Santa, Lagoa Santa/MG; PTF ALA 3 - Ponto Fixo de Atendimento Ala 3, Canoas/RS; ESCPE - Escritório Regional em Recife/PE; ESCPA - Escritório Regional em Belém/PA; PTF 1º BECMB – Ponto Fixo de Atendimento 1º Batalhão de Engenharia de Combate em Santa Cruz/RJ; PSTMB – Posto de Atendimento em Marabá/PA; PSTSJ – Posto de Atendimento em São José dos Campos/SP; PTFEEAR – Ponto Fixo de Atendimento em Guaratinguetá/SP, ESCRJ – Escritório Regional no Rio de Janeiro/RJ; ESCRN – Escritório Regional em Natal/RN; PSTBV - Posto de Atendimento em Boa Vista/RR; ESCST – Escritório Regional em Santiago/RS; PTF 6ºRCB – Ponto Fixo de Atendimento 6º Regimento de Cavalaria Blindado, Alegrete/RS.

Fonte: GEREN

Quadro 6.3 - Pontos de Atendimento - Obra

PERCENTUAL DE EXECUÇÃO DE OBRAS DE PONTOS DE ATENDIMENTO DA FHE EM 2018 (%)	
Pontos de Atendimento	Percentual de Execução de Obras (%)
ESCBA	100
ESCSM	100
PTF EEAR	100
ESCRJ	100
ESCRN	100

Legenda: ESCBA – Escritório Regional em Salvador/BA, ESCSM – Escritório Regional em Santa Maria/RS, PTF EEAR – Ponto Fixo de Atendimento em Guaratinguetá/SP, ESCRJ – Escritório Regional no Rio de Janeiro/RJ, ESCRN – Escritório Regional em Natal/RN.

Fonte: GEREN

Quadro 6.4 - Empreendimentos da FHE - Projetos
Quadro 6.4 - Empreendimentos da FHE - Projetos

Objetivo Estratégico: Realizar empreendimentos habitacionais de acordo com o interesse do Exército e/ou onde a demanda dos beneficiários indicar

Nome do Indicador: Desenvolvimento de projetos de empreendimentos residenciais da FHE.

Descrição: Percentual de desenvolvimento de projetos de empreendimentos residenciais da FHE, no exercício de 2018, em relação às etapas de projetos previstas.

Periodicidade: Anual

DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS DE PONTOS DE ATENDIMENTO DA FHE EM 2018 (%)						
Empreendimentos	Estudo Preliminar (Peso ½)	Anteprojeto (Peso ½)	Projeto Legal (Peso 3)	Projeto Executivo (Peso 3)	Complementares (Peso 3)	Índice de Desenvolvimento
Residencial Reserva Capital - Brasília/DF	100	100	100	100	100	100
Residencial Monte Verde - Juiz de Fora/MG	100	100	100	100	100	100
Residencial Araucárias - Santa Maria/RS	100	100	100	100	100	100
Residencial Campo dos Ipês - Campo Grande/MS	100	100	100	100	100	100
Residencial Bosque da Freguesia - Rio de Janeiro/RJ	100	100	100	100	100	100
Residencial Portal do Planalto - Samambaia/DF	100	100	100	100	100	100
Residencial Brisas do Parque - Fortaleza/CE	100	100	100	100	98	99,4
Iguaçu Residence - Curitiba/PR	100	100	100	95	85	94
Residencial Portal do Recreio - Rio de Janeiro/RJ	100	100	100	90	75	89,5
Residencial Bosque das Orquídeas - Campo Grande/MS	100	100	100	90	60	85
Residencial Portal da Alvorada - Samambaia/DF	100	100	100	60	40	70
Residencial Ipê do Monte - Santa Maria/RS	100	100	100	40	30	61
Residencial Portal dos Bandeirantes - Rio de Janeiro/RJ	100	100	80	-	-	34
Residencial Realengo Verde - Rio de Janeiro/RJ	100	100	75	-	-	32,5
Itapuã Residence - Salvador/BA	80	-	-	-	-	4
Residencial Portal da Torre - João Pessoa/PB	50	-	-	-	-	2,5
Residencial Portal da Guanabara - Goiânia/GO	20	-	-	-	-	1

Fonte: GEREN



Quadro 6.5 - Empreendimentos da FHE - Obras

Objetivo Estratégico: Realizar empreendimentos habitacionais de acordo com o interesse do Exército e/ou onde a demanda dos beneficiários indicar

Nome do Indicador: Execução de obras de empreendimentos da FHE.

Descrição: Percentual de execução de empreendimentos da FHE, no exercício de 2018.

Periodicidade: Anual

Quadro 6.6 - Edifício Comercial da FHE - Projeto

Objetivo Estratégico: Realizar empreendimentos habitacionais de acordo com o interesse do Exército e/ou onde a demanda dos beneficiários indicar

Nome do Indicador: Desenvolvimento de Projetos de Edifício Comercial da FHE.

Descrição: Percentual de desenvolvimento de Projetos de Edifício Comercial da FHE em Brasília/DF, no exercício de 2018, em relação às etapas de Projeto.

Periodicidade: Anual

PERSPECTIVAS PARA OS PRÓXIMOS EXERCÍCIOS

No segundo semestre de 2018, a Fundação Habitacional do Exército revisou o Planejamento Estratégico para o período 2019-2021. As mudanças ocorridas reforçam o compromisso da instituição de continuar colaborando com seus beneficiários na realização do sonho de ter a casa própria.

Para 2019, a instituição continuará oferecendo empreendimentos residenciais de qualidade e proporcionando as melhores condições para contratação do financiamento imobiliário na aquisição da casa própria. Além disso, pretende ampliar o número de militares protegidos pelos diversos seguros oferecidos, em especial o FAM Família.

A FHE tem como meta continuar oferecendo as menores taxas do mercado, na contratação do crédito pessoal de modo a suprir emergencialmente as necessidades financeiras dos beneficiários.

Quadro 6.5 - Empreendimentos da FHE - Obras

PERCENTUAL DE EXECUÇÃO DE OBRAS DE EMPREENDIMENTOS DA FHE			
Empreendimentos	Percentual de Execução de Obras (%)		
	2016	2017	2018
Residencial Grand Quartier – Brasília/DF	-	6	32
Flamboyant Residence Prime – Goiânia/GO	-	3	25
Residencial Portal de Petrópolis – Porto Alegre/RS	-	-	15
Residencial Bela Vista – Samambaia/DF	-	-	5
Residencial Torre do Sol – João Pessoa/PB	-	-	2
Residencial Araucárias – Santa Maria/RS	-	-	2

Fonte: GEREN

Quadro 6.6 - Edifício Comercial da FHE - Projeto

DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS DE EMPREENDIMENTOS DA FHE EM 2018 (%)						
Edifício Comercial	Estudo Preliminar (Peso ½)	Anteprojeto (Peso ½)	Projeto Legal (Peso 3)	Projeto Executivo (Peso 3)	Complementares (Peso 3)	Índice de Desenvolvimento
Setor Bancário Norte - Brasília/DF	100	100	100	40	-	52

Fonte: GEREN



ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

GESTÃO DE PESSOAS

A Diretoria da FHE é um órgão colegiado, e é organizada conforme o Art. 8º de seu Estatuto, sendo composta pelo Presidente, Vice-Presidente e cinco Diretores, todos nomeados pelo Comandante do Exército.

A FHE dispõe de um órgão seccional, a Auditoria Interna, subordinada diretamente ao CA, conforme disposto no Art. 9º de seu Estatuto. A nomeação e a exoneração do Auditor-Chefe da FHE são submetidas pelo Presidente do Conselho de Administração à aprovação do Comandante do Exército.

Os aspectos referentes à remuneração do Presidente, do Vice-Presidente, dos Diretores e do Auditor-Chefe constam do Plano de Empregos, Carreiras e Salários, instrumento submetido ao CA, sendo a tabela salarial fixada pela autoridade máxima de seu órgão de vinculação, o Comando do Exército.

Assim, o quadro funcional da Fundação Habitacional do Exército, em 31/12/2018, estava composto por oito empregados.

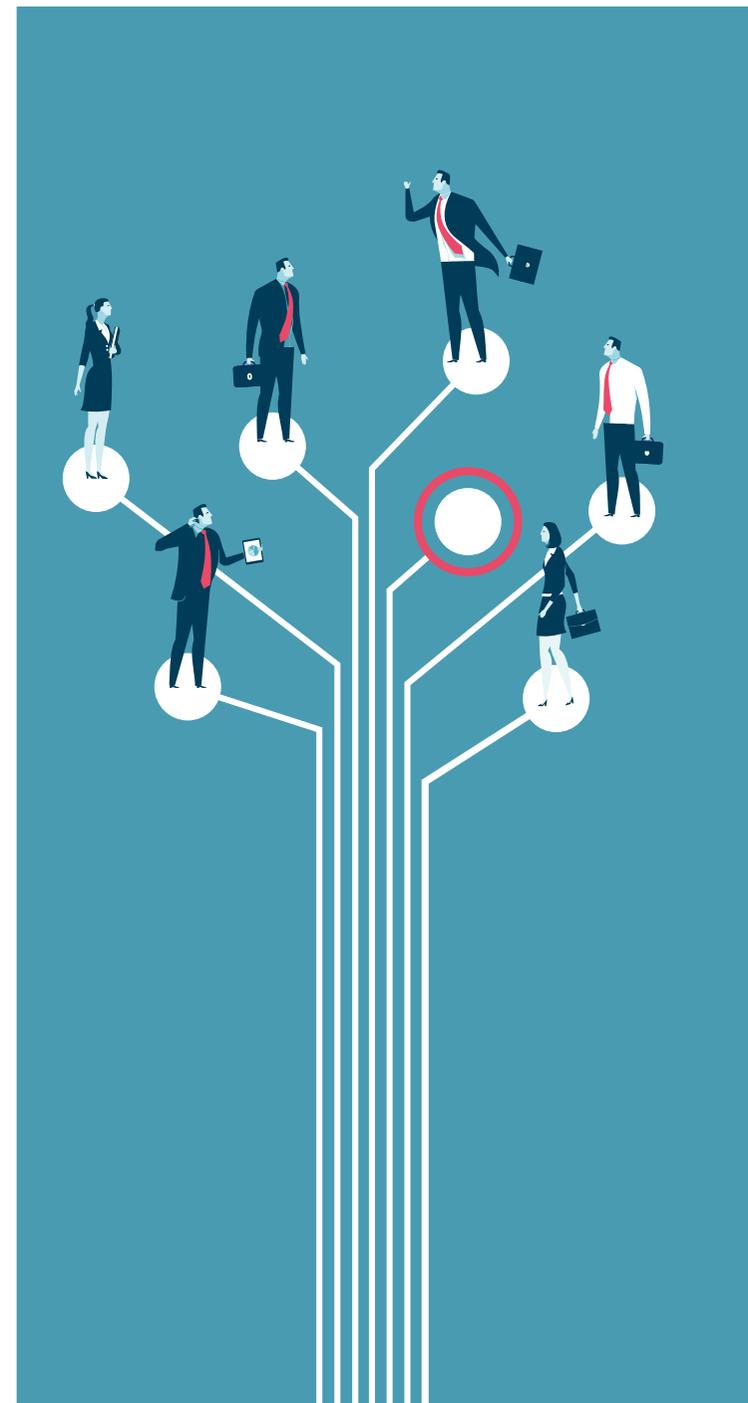
Para consecução de suas atividades, a Fundação Habitacional do Exército (FHE) se utiliza da estrutura de sua gerida, a Associação de Poupança e Empréstimo – POUPEX – com suporte no §2º, do Art. 1º, da Lei Nº 6.855/1980, e do §1º do art. 1º e art. 42 de seu Estatuto.

Estrutura de pessoal da unidade

Quadro 7 - Força de Trabalho da UPC

TIPOLOGIAS DOS CARGOS	LOTAÇÃO		INGRESSOS NO EXERCÍCIO	EGRESSOS NO EXERCÍCIO
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	“não há”	“não há”	“0” (zero)	“0” (zero)
1.1. Membros de poder e agentes políticos	“não há”	“não há”	“0” (zero)	“0” (zero)
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	“não há”	“não há”	“0” (zero)	“0” (zero)
1.2.1.Servidores de carreira vinculada ao órgão	“não há”	“não há”	“0” (zero)	“0” (zero)
1.2.2.Servidores de carreira em exercício descentralizado	“não há”	“não há”	“0” (zero)	“0” (zero)
1.2.3.Servidores de carreira em exercício provisório	“não há”	“não há”	“0” (zero)	“0” (zero)
1.2.4.Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	“não há”	“não há”	“0” (zero)	“0” (zero)
2. Servidores com Contratos Temporários	“não há”	“não há”	“0” (zero)	“0” (zero)
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública - nomeados pelo Comandante do Exército	08	08	“0” (zero)	“0” (zero)
4. Total de Servidores (1+2+3)	08	08	“0” (zero)	“0” (zero)

Fonte: GEPES





Quadro 8 - Distribuição da Lotação Efetiva

TIPOLOGIAS DOS CARGOS	LOTAÇÃO EFETIVA	
	Área Meio	Área Fim
1. Servidores de Carreira (1.1)	“não há”	“não há”
1.1. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	“não há”	“não há”
1.1.2. Servidores de carreira vinculada ao órgão	“não há”	“não há”
1.1.3. Servidores de carreira em exercício descentralizado	“não há”	“não há”
1.1.4. Servidores de carreira em exercício provisório	“não há”	“não há”
1.1.5. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	“não há”	“não há”
2. Servidores com Contratos Temporários	“não há”	“não há”
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública - nomeados pelo Comandante do Exército	05	03
4. Total de Servidores (1+2+3)	05	03

Fonte: GEPES

Quadro 9 - Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UPC

TIPOLOGIAS DOS CARGOS EM COMISSÃO E DAS FUNÇÕES GRATIFICADAS	LOTAÇÃO		INGRESSOS NO EXERCÍCIO	EGRESSOS NO EXERCÍCIO
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	-	-	-	-
1.1. Cargos Natureza Especial	“não há”	“não há”	“não há”	“não há”
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	“não há”	“não há”	“não há”	“não há”
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	“não há”	“não há”	“não há”	“não há”
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	“não há”	“não há”	“não há”	“não há”
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	“não há”	“não há”	“não há”	“não há”
1.2.4. Sem Vínculo	“não há”	“não há”	“não há”	“não há”
1.2.5. Aposentados	“não há”	“não há”	“não há”	“não há”
2. Funções Gratificadas	-	-	-	-
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	“não há”	“não há”	“não há”	“não há”
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	“não há”	“não há”	“não há”	“não há”
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	“não há”	“não há”	“não há”	“não há”
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública - nomeados pelo Comandante do Exército	08	08	“não há”	“não há”
4. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2+3)	08	08	“não há”	“não há”

Fonte: GEPES

Quadro 10 - Quantidade de Servidores da UPC por Nível de Escolaridade

TIPOLOGIAS DO CARGO	QUANTIDADE DE PESSOAS POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE									
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
1. Provimento de cargo efetivo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1.1. Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1.3. Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2. Provimento de cargo em comissão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2.1. Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2.3. Funções gratificadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública - nomeados pelo Comandante do Exército	-	-	-	-	-	-	01	01	06	-
4. Totais (1+2+3)	-	-	-	-	-	-	01	01	06	-

LEGENDA Nível de Escolaridade: 1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau, ensino médio ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 – Mestrado; 9 – Doutorado (inclui PhD, Livre Docência e Pós Doutorado); 10 - Não Classificada.

Fonte: GEPES





Demonstrativo das despesas com pessoal

Quadro 11 - Despesas do Pessoal (em R\$ 1,00)

TIPOLOGIAS/ EXERCÍCIOS	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS	DESPESAS VARIÁVEIS						DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	DECISÕES JUDICIAIS	TOTAL
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis			
Membros de poder e agentes políticos										
Exercícios	2018	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2017	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2016	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores de carreira vinculados ao órgão da unidade										
Exercícios	2018	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2017	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2016	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores de carreira SEM VÍNCULO com o órgão da unidade										
Exercícios	2018	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2017	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2016	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores SEM VÍNCULO com a administração pública (exceto temporários)										
Exercícios	2018	1.255.058,16	175.124,40	119.181,88	40.375,88	-	-	-	-	1.589.740,32
	2017	1.198.145,88	153.251,23	112.616,43	35.603,82	-	-	-	-	1.499.617,36
	2016	2.571.792,61	404.918,36	95.090,92	84.540,71	56.036,40	-	37.209,72	-	3.249.588,72
Servidores cedidos com ônus										
Exercícios	2018	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2017	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2016	99.700,22	-	10.950,92	4.041,27	10.431,28	-	18.746,32	-	143.870,01
Servidores com contrato temporário										
Exercícios	2018	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2017	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2016	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: GEPES

Contratação de pessoal de apoio e de estagiários

Contratação de pessoal de apoio

Quadro 12 - Contratos de Prestação de Serviços não abrangidos pelo Plano de Cargos da unidade

NÚMERO CONTRATO	ANO	EMPRESA	ÁREA	CNPJ	INÍCIO	SITUAÇÃO	ESCOLARIDADE	VALOR
2015-000132	2014	Aeroclima (4)	Manutenção Predial	32.912.750/0001-26	07/05/2014	Ativo	Médio	474.240,00
2015-000139	2015	Angel's (2)	Vigilância Patrimonial	03.372.304/0001-78	26/08/2015	Ativo	Fundamental	624.700,56
2015-000144	2014	Brasfort (2)	Vigilância Patrimonial	03.497.401/0001-97	09/09/2014	Ativo	Médio	2.299.534,80
2015-000497	2015	Cemax (2)	Vigilância Patrimonial	10.243.854/0001-52	42250	Ativo	Fundamental	44.421,96
2016-000444	2016	Cemax (1)	Limpeza	10.243.854/0001-52	20/09/2016	Encerrado	Fundamental	41.678,16
2015-000368	2015	City Service (3)	Brigadista	37.077.716/0001-05	42151	Ativo	Médio	1.451.340,00
2015-000315	2015	Engeprom Engenharia (4)	Manutenção Predial	04.762.861/0001-68	05/08/2015	Ativo	Fundamental	978.415,68
2016-000220	2016	GHS (4)	Manutenção Predial	01.797.423/0001-47	42527	Ativo	Fundamental	119.823,17
2018-1	2017	Jraio Segurança (3)	Brigadista	09.254.078/0001-07	19/12/2017	Encerrado	Médio	12.173,40
2016-000243	2016	RDJ (1)	Limpeza	06.350.074/0001-34	42548	Ativo	Fundamental	2.624.102,64
2016-000170	2015	Serviços Vitória (1)	Limpeza	02.043.066/0001-94	04/08/2015	Ativo	Fundamental	36.921,12
2015-000517	2013	Thaurus (1)	Limpeza	10.551.135/0001-07	15/07/2013	Encerrado	Fundamental	25.506,72

Fonte: GECCO

Área: 1. Limpeza | 2. Vigilância Patrimonial | 3. Brigadista | 4. Manutenção predial

Contratação de Estagiários

Esta Unidade Prestadora de Contas não possui contratos de Estágio.



GESTÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

Conformidade legal

As contratações da FHE seguem os ditames da Lei 8.666/93, conforme Art. 35 do seu Estatuto publicado no Diário Oficial da União (DOU) n.º 197, de 13/10/2016, com a alteração promovida pela Portaria do Comandante do Exército nº 1.300, de 10/10/2016.

Detalhamento dos gastos das contratações por finalidade e especificação dos tipos de serviços contratados para o funcionamento administrativo (Quadros 13, 14 e 15)

Contratações mais relevantes, sua associação aos objetivos estratégicos e justificativas para essas contratações

As contratações mais relevantes, durante o ano de 2018, foram para construção de empreendimentos que representaram 96% (noventa e seis por cento) do valor total realizado, em atendimento ao objetivo estratégico “Realizar empreendimentos habitacionais de acordo com o interesse do Exército e/ou onde a demanda dos beneficiários indicar”.

No que couber (diretriz materialidade), abordar contratos de publicidade e propaganda

O único contrato de publicidade realizado no ano de 2018 foi com a Imprensa Nacional.

Contratações diretas: participação nos processos de contratação, principais tipos e justificativas para realização (Quadro 16)

As contratações diretas por dispensa ou inexigibilidade de licitação totalizaram R\$ 983.890,84 (novecentos e oitenta e três mil oitocentos e noventa reais e oitenta e quatro centavos) e representam 1,23% (um vírgula vinte e três por cento) de todas as contratações realizadas.

Quadro 13 - Contratos Finalísticos mais relevantes firmados em 2018

Nº	CONTRATAÇÃO	FORNECEDOR/CNPJ	OBJETO	VALOR (R\$)
Empreendimentos				
4	Licitação	Alcance Engenharia 20.501.854/0001-69	Construção do Residencial Araucárias, em Santa Maria/RS	14.172.000,00
3	Licitação	Porto Belo Engenharia 03.701.380/0001-80	Construção do Edifício Residencial Bela Vista em Brasília/DF	18.720.459,92
2	Licitação	Sigla Engenharia 02.898.377/0001-35	Construção do edifício Residencial Torre do Sol, em João Pessoa/PB	29.341.700,00
Total				62.234.159,92
Obras/Reformas Pontos de Atendimento				
6	Licitação	Construtora E-Civil 14.380.718/0001-65	Construção do Posto de Atendimento da FHE em Marabá/PA - PSTMB	1.285.687,28
17	Dispensa Licitação	Construtora Lumiar 30.147.508/0001-88	Reparos hidráulicos e remontagem de telhado no ESCVM	13.780,66
9	Licitação	Construtora Obravale 67.767.566/0001-14	Reforma do Posto de Atendimento da FHE em São José dos Campos/SP - PSTSJ	172.491,26
57	Dispensa Licitação	Eva Construções 06.932.604/0001-52	Execução de fossa séptica para o ESCFL, Florianópolis/SC	2.683,90
65	Dispensa Licitação	Juruá Serviços 01.153.381/0001-01	Serviços de medição de energia elétrica no PSTRB, Rio Branco/AC	25.000,00
Total				1.499.643,10

Fonte: GECOC

Quadro 14 - Contrato de Publicidade Legal firmado em 2018

Nº	CONTRATAÇÃO	FORNECEDOR/CNPJ	OBJETO	VALOR (R\$)
Publicidade Legal				
2	Inexigibilidade	Imprensa Nacional 04.196.645/0001-00	Publicação no Diário Oficial da União	73.187,58
Total				73.187,58

Fonte: GECOC

Quadro 15 - Contratos Administrativos mais relevantes firmados em 2018

Nº	CONTRATAÇÃO	FORNECEDOR/CNPJ	OBJETO	VALOR (R\$)
Serviços Diversos				
54	Dispensa Licitação	Arte e Cor 08.242.138/0001-09	Serviços de pintura no ESCRN, Natal/RN	20.487,51
1	Pregão	Comimper Serviços 07.122.755/0001-08	Impermeabilização no edifício sede da FHE	69.876,00
2	Pregão	Mapfre Seguros 61.074.175/0001-38	Seguro patrimonial	44.550,00
1	Inexigibilidade	Serasa 62.173.620/0001-80	Acesso ao banco de dados da Serasa pela FHE	201.500,00
Total				336.413,51

Fonte: GECOC

Quadro 16 - Contratações diretas mais relevantes realizadas em 2018

CONTRATAÇÃO DIRETA	JUSTIFICATIVA	DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)
Inexigibilidade	Art. 25, Caput, Lei 8.666/1993	Fornecimento de dados	201.500,00
Inexigibilidade	Art. 25, Caput, Lei 8.666/1993	Publicação legal	73.187,58
Dispensa de Licitação	Art. 24, Incisos I e II, Lei 8.666/1993	Serviços para viabilizar a realização de empreendimentos	357.478,76
Dispensa de Licitação	Art. 24, Incisos I e II, Lei 8.666/1993	Serviços para revitalização ou manutenção de Pontos de Atendimento	127.631,53

Fonte: GECOC



GESTÃO PATRIMONIAL E INFRAESTRUTURA

A Fundação Habitacional do Exército acha-se sediada em edifício, construído com recursos próprios, em terreno de propriedade da UNIÃO, jurisdicionado ao EB, cedido por Contrato de Cessão de Uso Resolúvel, gratuita, celebrado entre a UNIÃO (Outorgante Cedente) e a FHE (Outorgada Cessionária) com interveniência do Comando do Exército/11ª Região Militar, conforme o processo nº 04991.001.980/2007-88.

GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Principais sistemas de negócios

A FHE não possui um ambiente de Tecnologia da Informação (TI) próprio, ressarcindo os serviços, os recursos humanos e a tecnologia à POUPEX, como prevê o seu Estatuto no Art. 42. Todos os sistemas aqui relacionados, utilizados em prol dos produtos da FHE, são desenvolvidos ou adquiridos pela POUPEX e providos pela CODTI

Quadro 17 - Principais Sistemas de Negócios

SISTEMAS	DESCRIÇÃO DOS OBJETIVOS DO SISTEMA	RESPONSÁVEL TÉCNICO DA CODTI	RESPONSÁVEL DA ÁREA DE NEGÓCIO	CRITICIDADE
Empréstimos	<p>O Sistema de Empréstimos tem como função básica realizar a gestão dos empréstimos na concessão, nas taxas de juros, no prazo, no valor, nas prestações e no pagamento que poderá ser por boleto, débito em conta corrente ou consignável.</p> <p>As funcionalidades do sistema atendem às modalidades de crédito pessoal.</p>		Gilberto Schottz da Silva (GEPRO)	
Seguros	<p>Fundo de Apoio à Moradia (FAM) Sistema de seguro de vida que contém a base de dados dos segurados, as regras de funcionamento e as consignações, realiza as trocas de arquivos com os órgãos externos, e o controle financeiro.</p> <p>FAM Família Sistema de seguro de vida de propriedade da MAPFRE BB e está disponível na rede para ser comercializado aos beneficiários com utilização da Internet.</p> <p>Plano Odontológico O sistema está disponível na rede para ser comercializado via Internet, em parceria com a empresa Bradesco Dental*. O sistema possui uma base de beneficiários, consignação de mensalidade e troca de arquivos. * O Plano Odontológico Bradesco Dental é operado pela OdontoPrev.</p> <p>Seguro Auto O Sistema MULTICÁLCULO, de propriedade da Corretora PROSEG, está disponível na rede para auxiliar na comercialização. Tem como função apresentar, simultaneamente, cotações de seguros para automóveis em várias Seguradoras, bem como possibilitar a escolha entre elas para a sua contratação.</p> <p>Seguro Decessos – Assistência Funeral: Sistema de seguros que possui a base de dados de beneficiários, realiza a troca de arquivos para consignação nos órgãos externos. Realiza a conferência quando do retorno com a verificação dos consignados.</p> <p>Sinistro Sistema que opera integrado aos sistemas de seguros para permitir que o segurado ou beneficiário seja acionado em caso de sinistro.</p> <p>Outras modalidades de seguro: Coerente com iniciativa de cunho social a FHE mantém alguns grupos de segurados gratuitamente. Para isto, foram criados os seguintes módulos de pequenos sistemas para controlar a base de dados e os sinistros:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Seguro Acidentes para Menores, • Seguro de Alunos dos Colégios Militares, • Seguro Especial Alunos (CPOR/NPOR/ESA), • Seguro Especial Cabos e Soldados. 	Cel Paulo Fernando Curvelo Lamellas	Margareth Margato Barbosa (GESEG)	Alta

SISTEMAS	DESCRIÇÃO DOS OBJETIVOS DO SISTEMA	RESPONSÁVEL TÉCNICO DA CODTI	RESPONSÁVEL DA ÁREA DE NEGÓCIO	CRITICIDADE
Empreendimentos	<p>Sistema de Comercialização de Imóveis Permite gerir as parcelas depositadas mensalmente, pelos adquirentes, a título de poupança, durante a fase da construção do imóvel até seu recebimento.</p>	Cel Paulo Fernando Curvelo Lamellas	José Filizola Mascarenhas de Abreu (GEOPI)	Alta
Financiamentos Imobiliários	<p>Sistema de Concessão de Crédito Imobiliário – SCCI Realiza a gestão da concessão do crédito, avaliação do proponente tanto em documentação como condições financeiras para assumir o compromisso e define o valor, as taxas, prazos e tipo de cobrança. O sistema atua nas diversas modalidades do crédito imobiliário.</p> <p>Sistema de Administração da Carteira Acompanha a administração do retorno do crédito concedido no sistema SCCIA, que realiza a emissão de boletos e gerencia a fila de cobrança da carteira de crédito imobiliário, sendo que a Montreal (CPS) registra a evolução da carteira de crédito imobiliário.</p>		Edinaldo Martins dos Santos (GECRI) Wilton José da Luz (GERAC)	
Consórcio Nacional POUPEX	<p>Sistema de Consórcio Realiza a administração do consórcio</p> <p>Módulos relacionados às principais rotinas do consórcio Venda de propostas; Gestão de grupos; Apuração da contemplação; Controle financeiro; Distribuição de cobranças e Agenda de ocorrências.</p>		Josilma Rodrigues (GECON)	

Fonte: CODTI





SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

Critérios de sustentabilidade nas contratações e aquisições

A preocupação com o meio ambiente está presente na construção dos empreendimentos da FHE, cujos projetos se destacam pela ocupação racional dos terrenos, considerando a localização e a orientação física. Os processos de construção possuem premissas de sustentabilidade em total conformidade com a norma de desempenho ABNT NBR 15.575, privilegiando o conforto acústico, térmico e lumínico das unidades habitacionais.

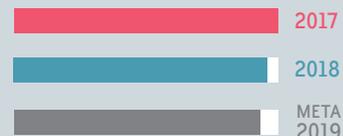
Além disso, os residenciais da FHE contam com sistemas eficientes em suas instalações elétricas e hidrossanitárias, como medidores de energia, de água e de gás individualizados e instalações para ar condicionado e para triturador de resíduos orgânicos.

Ações para redução de consumo de recursos naturais

Em 2018, a meta para a redução do consumo de água potável foi atingida. A economia alcançada foi de 4% em relação a 2017. Dentre as iniciativas realizadas, destacamos a instalação de redutores de vazão nas torneiras dos lavatórios dos banheiros da Sede, diminuindo a vazão de cada torneira, em 35%. Para 2019, a meta é reduzir o consumo de água em 2%, comparado ao ano de 2018.



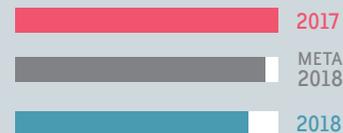
110 mil litros de água economizados em 2018



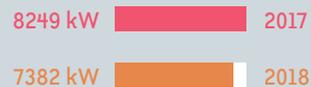
A FHE manteve ações de sustentabilidade e preservação ambiental durante o ano de 2018. Na Sede, por exemplo, mais da metade das lâmpadas fluorescentes foram substituídas pelas de LED, gerando uma economia de 11.000 watts/h/ano, além da automação dos sistemas de ar condicionado e iluminação. A meta de redução do consumo de energia para 2018 foi de 5%, sendo que a economia registrada foi de 10,5%.



economia de 11.000 watts/h em 2018



Para 2019, a meta de redução do consumo de energia é de 4% em relação a 2018. Com a instalação de um sistema energia fotovoltaica estima-se uma economia de 70% do consumo atual de energia na Sede. Com essa iniciativa, deixarão de ser emitidas 25 mil toneladas de carbono por ano na atmosfera.



Redução de resíduos poluentes

A FHE faz a separação dos resíduos recicláveis descartados e dá a devida destinação.

Instalação de lixeiras específicas para coleta seletiva, reciclagem de papéis e outros materiais, redução da emissão de boletos bancários em papel e o fim da remessa de certificados e extratos pelos correios são outros exemplos de medidas implementadas.



Em 2018, o consumo de copos plásticos no Edifício Sede diminuiu em 15% superando a meta inicial que era de 5%. Estão sendo utilizadas garrafas de vidro e squeeze, com o intuito de reduzir o uso indiscriminado de copos plásticos.



100.800 copos descartáveis deixaram de ser usados no Edifício Sede em 2018.



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Declaração do contador responsável

Declaro que o balanço patrimonial com posição em 31 de dezembro de 2018, elaborado à luz da Lei nº 6.404/1976, objeto de integração de saldos no SIAFI, em cumprimento às normas estabelecidas na Macrofunção 020311 – Integração dos Saldos Contábeis para Elaboração do Balanço Geral da União – BGU, refletem a adequada situação financeira e patrimonial da Fundação Habitacional do Exército - FHE.

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Brasília-DF, 07 de fevereiro de 2019.


JOSIANE RODRIGUES NEIVA
Contadora - CRC DF 009841/O-7

Demonstrações Contábeis

Balancos Patrimoniais em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de Reais)

ATIVO	NOTA	31/12/2018	31/12/2017
CIRCULANTE		980.668	840.359
DISPONIBILIDADES	3.b e 4	264.695	139.535
Caixa		5	1
Depósitos em Instituições Financeiras		264.690	139.534
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E DERIVATIVOS	3.b e 4	1.084	0
LIVRES		1.084	0
Cotas de Fundos de Investimentos		1.084	0
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	3.c e 5	0	58
Créditos Vinculados		0	58
APLICAÇÕES IMOBILIÁRIAS TRANSITÓRIAS	3.d e 6	17.107	40.499
Imóveis		17.107	40.499
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	3.e e 7	687.531	647.430
Financiamentos e Empréstimos		694.683	656.335
(-) Provisão para Operações de Crédito	3.e e 7.c	(7.152)	(8.905)
OUTROS CRÉDITOS	8	10.134	12.718
Rendas a Receber		2.493	2.611
Adiantamentos		979	1.227
Pagamentos a Ressarcir		101	101
Cobrança Judicial		203	205
Devedores Diversos - País		6.358	8.574
OUTROS VALORES E BENS	9	117	119
Material em Estoque		102	95
Despesas Antecipadas	3.f	15	24
NÃO CIRCULANTE		2.812.209	2.599.829
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		2.751.920	2.535.924
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	3.c e 5	29.135	27.599
SFH - FCVS		44.272	42.120
(-) Provisão para Perdas em Créditos Vinculados		(15.137)	(14.521)
APLICAÇÕES IMOBILIÁRIAS TRANSITÓRIAS	3.d e 6	240.591	215.867
Imóveis		265.303	240.453
(-) Provisão para Desvalorização de Imóveis		(24.712)	(24.586)
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	3.e e 7	2.480.561	2.289.836
Financiamentos e Empréstimos		2.500.669	2.314.706
(-) Provisão para Operações de Crédito	3.e e 7.c	(20.108)	(24.870)
OUTROS CRÉDITOS	8	1.633	2.622
Diversos		21.690	34.331
(-) Provisões		(20.057)	(31.709)
IMOBILIZADO	3.g e 10	60.289	63.905
Imobilizado em Curso		6	1.690
Imóveis em Uso		92.259	89.741
Móveis e Equipamentos de Uso		4.513	4.596
Sistema de Comunicação		11.824	12.543
Sistema de Processamento de Dados		3	3
(-) Depreciação/Amortização Acumulada		(48.316)	(44.668)
TOTAL		3.792.877	3.440.188

Balancos Patrimoniais em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de Reais)

PASSIVO	NOTA	31/12/2018	31/12/2017
CIRCULANTE		95.092	69.832
OBRIGAÇÕES FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS	11.a	833	982
Impostos e Contribuições a Recolher		833	982
OBRIGAÇÕES DIVERSAS		1.288	1.309
Obrigações por Recursos de Consorciados	11.b	1.084	1.104
Cobrança Judicial		204	205
DIVERSAS	3.i e 11.c	92.971	67.541
Adiantamentos Recebidos (Promitentes Compradores de Imóveis)		543	7.677
Credores por Recursos a Liberar		17.803	11.630
Provisão para Pagamentos a Efetuar		530	327
Obrigações Junto a Poupex		31.002	31.641
Recursos Garantias Realizadas		2.568	3.107
Outras		40.525	13.159
NÃO CIRCULANTE		14.338	0
OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES	12	14.338	0
Obrigações por Empréstimos no País (APE-POUPEX)		14.338	0
PATRIMÔNIO SOCIAL	13	3.683.447	3.370.356
SUBVENÇÃO INICIAL		621	621
RESERVAS ESPECIAIS		97.414	97.433
RESERVAS ESTATUTÁRIAS		3.585.412	3.268.179
RESERVA DE RESULTADOS ACUMULADOS		0	4.123
TOTAL		3.792.877	3.440.188



Demonstração comparativa de SUPERAVIT | Exercícios findos em 31/12/2018 e 31/12/2017 (Em milhares de Reais)

DISCRIMINAÇÃO	2018	2017
RECEITAS OPERACIONAIS	663.093	567.268
RENDAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	522.677	450.356
Rendas de Financiamentos Imobiliários/habitacionais	62.240	68.485
Rendas de Empréstimos Simples	460.105	381.551
Rendas de Financiamentos p/Aquisição de Eletroeletrônicos	332	320
RENDAS DE DISPONIBILIDADES	12.675	12.445
Rendas de Disponibilidades	12.617	12.445
Rendas de Investimentos	58	0
RECEITA NA COMERCIALIZAÇÃO DE IMÓVEIS	42.078	33.709
Receita na Comercialização de Imóveis	42.078	33.709
RENDAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	51.781	47.018
Rendas de Intermediação de Seguros	34.838	32.019
Rendas de Taxas de Administração de Consórcio	16.048	14.123
Rendas de Serviços Especiais	895	876
OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS	33.882	23.740
Recuperação de Créditos Baixados c/Prejuízo	18.702	17.121
Reversão de Provisão p/Créd.Liquidação Duvidosa	3.328	1.907
Reversão de Ações Judiciais	1.362	417
Rendas de Créditos Vinculados ao SFH	3.667	2.277
Outras Receitas Operacionais	6.823	2.018
DESPESAS OPERACIONAIS	(350.077)	(358.346)
CUSTOS DOS IMÓVEIS COMERCIALIZADOS	(23.530)	(13.682)
Custos dos Imóveis	(23.530)	(13.682)
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	(274.977)	(281.465)
Despesas de Promoções e Relações Públicas	(16.047)	(16.879)
Despesas de Remuneração por Custo de Pessoal	(198.974)	(209.461)
Remuneração por Custo de Processamento de Dados	(36.462)	(34.642)
Despesas de Manutenção e Serviços	(14.550)	(10.858)
Outras Despesas Administrativas	(8.944)	(9.625)
APROVISIONAMENTOS E AJUSTES PATRIMONIAIS	(21.962)	(40.069)
Despesas de Depreciação/Amortização	(4.446)	(4.126)
Despesas de Provisões Operacionais	(17.516)	(35.943)
OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS	(29.608)	(23.130)
Despesas de Remuneração de Outras Obrigações	(874)	(1.251)
Despesa com Fundo p/ Cobertura de Sinistro	(5.161)	0
Cobertura de Sinistro	(14.748)	(10.198)
Despesas com Estoque de Imóveis	(4.471)	(4.509)
Outras Despesas Operacionais	(4.354)	(7.172)
SUPERAVIT OPERACIONAL	313.016	208.922
RECEITAS NÃO OPERACIONAIS	106	19
OUTRAS RECEITAS NÃO OPERACIONAIS	106	19
DESPESAS NÃO OPERACIONAIS	(12)	(17)
OUTRAS DESPESAS NÃO OPERACIONAIS	(12)	(17)
SUPERAVIT NÃO OPERACIONAL	94	2
SUPERAVIT LÍQUIDO	313.110	208.924

Demonstração do Valor adicionado - DVA | Exercícios findos em 31/12/2018 e 31/12/2017 (Em milhares de Reais)

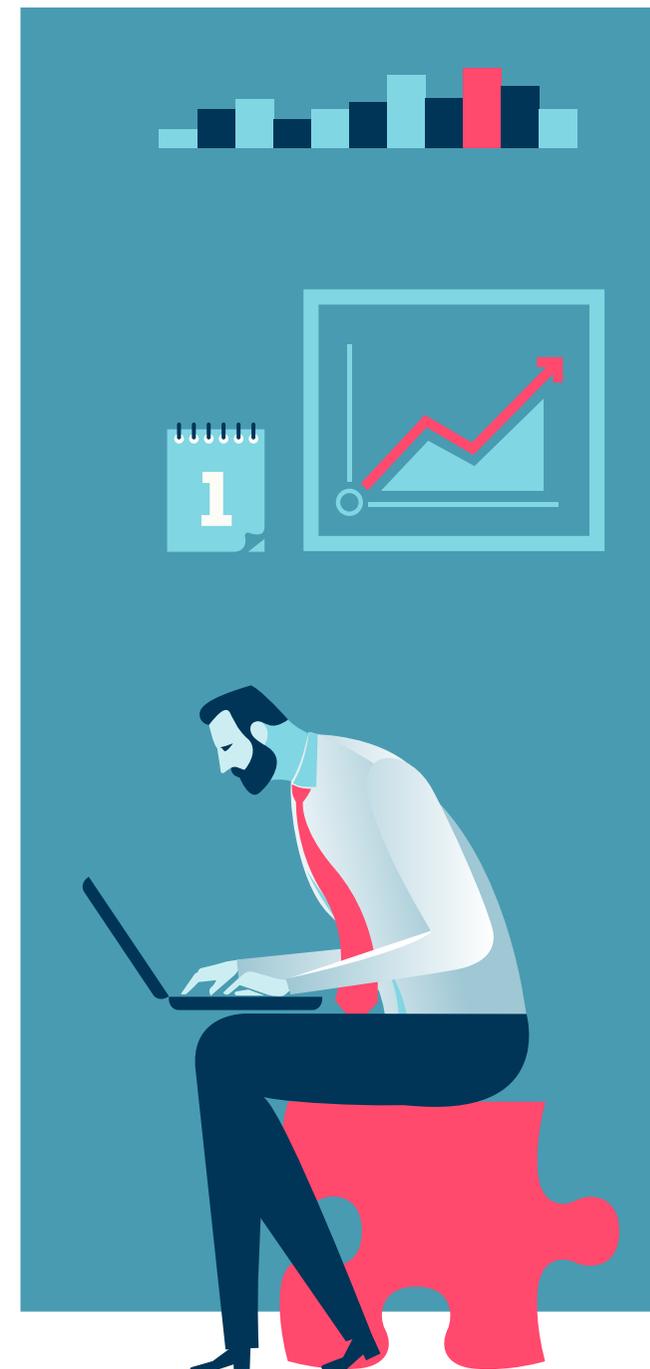
DISCRIMINAÇÃO	2018	2017
1 - RECEITAS	653.900	538.211
1.1) Intermediação Financeira	599.185	515.459
1.2) Prestação de Serviços	51.781	47.018
1.3) Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa - Reversão/ (Constituição)	(5.293)	(25.421)
1.4) Outras	8.227	1.155
2 - DESPESAS DE INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	34.481	24.183
3 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	297.943	297.385
3.1) Materiais, Energia e Outros	25.021	26.782
3.2) Serviços de Terceiros	9.885	6.396
3.3) Outras	263.037	264.207
3.3.1) Outras Despesas Administrativas - Custo de Pessoal	198.974	209.461
3.3.2) Outras Despesas Administrativas	36.497	34.697
3.3.3) Outras Despesas Operacionais	27.566	20.049
4 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2-3)	321.476	216.643
5 - DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	4.446	4.126
6 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (4-5)	317.030	212.517
7 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	12	10
7.2) Outras	12	10
8 - VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (6+7)	317.042	212.527
9 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	317.042	212.527
9.1) Pessoal	1.776	1.664
9.1.1 - Remuneração Direta	1.645	1.537
9.1.3 - F.G.T.S	131	127
9.2) Impostos, Taxas e Contribuições	510	486
9.2.1 - Federais	472	445
9.2.2 - Municipais	38	41
9.3) Remuneração de Capitais de Terceiros	1.646	1.453
9.3.1 - Aluguéis	1.646	1.453
9.4) Remuneração de Capitais Próprios	313.110	208.924
9.4.1 - Superavit Líquido	313.110	208.924

Demonstração das mutações do Patrimônio Social | Exercícios findos em 31/12/2018 e 31/12/2017 (Em milhares de Reais)

EVENTOS	SUBVENÇÃO INICIAL	RESERVAS ESPECIAIS	RESERVAS ESTATUTÁRIAS	RESERVA DE RESULTADOS ACUMULADOS	SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO	PATRIMÔNIO SOCIAL
Saldo em 31 de dezembro de 2016	621	97.433	3.063.378	-	-	3.161.432
Superavit do Exercício	-	-	-	-	208.924	208.924
Transferência do Superávit	-	-	204.801	4.123	(208.924)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2017	621	97.433	3.268.179	4.123	-	3.370.356
Mutações do Período	-	-	204.801	-	-	208.924
Saldo em 31 de dezembro de 2017	621	97.433	3.268.179	4.123	-	3.370.356
Superavit do Exercício	-	-	-	-	313.110	313.110
Transferência de terreno	-	(19)	-	-	-	(19)
Transferência do Superavit	-	-	317.233	(4.123)	(313.110)	-
Saldo em 31 de dezembro 2018	621	97.414	3.585.412	-	-	3.683.447
Mutações do Período	-	(19)	317.233	(4.123)	-	313.091


Demonstração do fluxo de caixa (método indireto) | Exercícios findos em 31/12/2018 e 31/12/2017 (Em milhares de Reais)

DISCRIMINAÇÃO	2018	2017
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
SUPERAVIT LÍQUIDO	313.110	208.924
AJUSTES PARA RECONCILIAR O RESULTADO AO CAIXA LÍQUIDO		
APLICADO EM ATIVIDADES OPERACIONAIS:	17.737	36.453
Provisão para Operações de Crédito	4.975	25.300
Provisão / Reversão - Outros	70	121
Provisão para Desvalorização de Imóveis	8.242	6.894
Depreciações/Amortização	4.446	4.126
Baixa Imobilizado por Obsolescência/Inservíveis	4	12
VARIAÇÕES DE ATIVOS E OBRIGAÇÕES:	(203.768)	(175.335)
Baixa de Provisão para Operações de Crédito	(10.197)	(13.241)
Baixa de Provisão para Perdas c/Créditos Renegociados-ES	(13.427)	(6.558)
Baixa de Provisão para Desvalorização de Imóveis	(1.805)	0
Aumento/Redução em FGTS a Ressarcir	58	(27)
Aumento/Redução em FCVS	(1.536)	(1.801)
Aumento em Operações de Crédito	(225.604)	(153.640)
Redução em Outros Créditos	16.931	3.768
Redução em Outros Valores e Bens	3	(39)
Redução em Outras Obrigações	25.259	(5.768)
Redução/Aumento de Aplicações Imobiliárias Transitórias	(7.788)	1.971
Aumento de Obrigações por Empréstimos e Repasses	14.338	0
CAIXA LÍQUIDO GERADO EM ATIVIDADES OPERACIONAIS	127.079	70.042
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Aquisição de Imobilizado de Uso	(2.059)	0
Reformas e Obras em Andamento	1.225	(1.578)
CAIXA LÍQUIDO GERADO EM ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(834)	(1.578)
AUMENTO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	126.245	68.464
MODIFICAÇÃO NA POSIÇÃO FINANCEIRA		
DISPONIBILIDADES		
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	139.534	71.071
Caixa e Equivalentes de Caixa no Fim do Período	265.779	139.535
Aumento Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa	126.245	68.464



Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

1 - A instituição e suas operações

A Fundação Habitacional do Exército (FHE) é uma instituição criada pela Lei nº 6.855, de 18 de novembro de 1980, supervisionada pelo Comando do Exército e com atuação em todo o território nacional. Possui personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com finalidade social e tempo de duração indeterminado e é integrante do Sistema Financeiro da Habitação (SFH). A matriz da Fundação Habitacional do Exército-FHE está localizada na Avenida Duque de Caxias, S/N, Setor Militar Urbano, Brasília – DF, Brasil. De acordo com o art. 3º da Lei nº 7.750, de 13 de abril de 1989, não são destinados à Fundação recursos orçamentários da União.

A FHE detém as prerrogativas da Fazenda Pública, nos termos do artigo 31 da Lei nº 6.855, de 19 de novembro de 1980 e, por esse motivo não está sujeita ao Imposto de Renda e está isenta da Contribuição Social.

2 - Apresentações das demonstrações contábeis

a. Base da apresentação

A Fundação Habitacional do Exército possui características de uma fundação pública, por se adequar, em alguns aspectos, à definição do Decreto Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967 e suas alterações. Entretanto, o legislador trouxe disciplina específica (Lei Especial) para caracterizar a FHE como órgão diferente dos padrões usuais da estrutura administrativa da União.

Por essas razões, a FHE não elabora as demonstrações contábeis previstas na Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Na confecção das demonstrações contábeis da FHE foram aplicadas as melhores práticas contábeis adotadas no Brasil, elaboradas a partir de diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações com observância às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional – (CMN), das orientações e regulamentações oriundas do Banco Central do Brasil – (BACEN) e, também, da Comissão de Valores Mobiliários – (CVM) e da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), quando aplicável. Além de serem observados os pronunciamentos

do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – (CPC) que foram recepcionados pelo BACEN e CVM, quando adequáveis.

As demonstrações contábeis foram aprovadas pelo Conselho de Administração em reunião de 21 de março de 2019 e não há eventos subseqüentes a serem divulgados.

b. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade.

c. Uso de estimativas e julgamentos

A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis, quando for o caso. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota Explicativa nº 7), a provisão para passivos contingentes (Nota Explicativa nº 11), provisão para perdas do FCVS (Nota Explicativa nº 5) e outras provisões. Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua liquidação.

3 – Resumos das principais práticas contábeis

a. Apuração do resultado

O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência. As operações formalizadas com encargos financeiros pós-fixados estão registradas pelo valor atualizado pelo critério pro rata temporis, com base na variação dos respectivos indexadores pactuados. As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias inclusive, independentemente do seu nível de risco, são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

b. Caixa e equivalentes de caixa

O total de caixa e equivalentes de caixa inclui dinheiro em caixa, depósitos bancários, depósitos especiais na POUPEX e Títulos e Valores Mobiliários, representados por aplicações de recursos não procurados por consorciados. Ressalte-se que, por força do artigo 15 da Lei nº 6.855, de 18 de novembro de 1980, os recursos da FHE são depositados na POUPEX (Nota Explicativa nº 4).

c. Relações interfinanceiras e provisão para perdas

Estão demonstradas pelo valor principal, atualizadas pelas rendas e encargos incorridos até 31 de dezembro 2018, adotando-se para a apropriação o critério pro rata temporis, de acordo com a fluência dos prazos contratuais (Nota Explicativa nº 5).

Provisão para perdas sobre os créditos vinculados ao SFH - Fundo de Compensação de Variações Salariais – (FCVS). A provisão para perdas relativas à opção pela novação dos créditos do FCVS, considerada suficiente pela Administração, é calculada levando em consideração o histórico de perdas informado pela administradora do fundo (Caixa Econômica Federal) durante os estágios do procedimento de novação (Nota Explicativa nº 5.a).

d. Aplicações imobiliárias

Os imóveis disponíveis para comercialização, representados por casas, apartamentos e terrenos adquiridos e/ou recebidos por meio de Remanejamentos Patrimoniais e obras em andamento efetuado por esta FHE, estão demonstrados pelo valor de custo. Objetivando adequar o valor contábil dos imóveis a comercializar ao preço de mercado, efetuou-se avaliação até dezembro de 2018 (Nota Explicativa nº 6).

e. Operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As operações de crédito estão demonstradas pelo valor principal, acrescido dos juros e atualização monetária, incorridos até 31 de dezembro de 2018, adotando-se para a apropriação o critério pro rata temporis, de acordo com a fluência dos prazos contratuais.

As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (risco máximo). A classificação das operações com atraso superior a 14 dias são tratadas como operações em curso anormal. A norma permite a contagem em dobro dos prazos previstos no inciso I do res-



pectivo art. 4º da norma citada, para as operações com prazo a decorrer superior a 36 meses. As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, inclusive, independentemente de seu nível de risco, são reconhecidas como receita quando realizadas. As operações classificadas como nível H permanecem nessa classificação por 180 dias.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível de risco em que estavam classificadas. Os eventuais ganhos oriundos da renegociação são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos. A provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa, considerada suficiente pela Administração, atende ao requisito mínimo estabelecido pela Resolução CMN nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999 (Nota Explicativa nº 7).

f. Despesas antecipadas

Correspondem à parcela paga antecipadamente pelos direitos e serviços a serem recebidos, cujo benefício será incorrido em períodos futuros. Registra os pagamentos antecipados de seguros da sede e pontos de atendimento (Nota Explicativa nº 9).

g. Imobilizado de uso

Registrado pelo custo de aquisição deduzido da depreciação/amortização acumulada, que é calculada pelo método linear, com base nas taxas mencionadas na Nota Explicativa nº 10 e leva em consideração o tempo de vida útil econômica estimada dos bens e a acessão do imóvel.

h. Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros - Imparidade

Os ativos sujeitos à depreciação e amortização são revisados para a verificação de redução ao valor recuperável sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável.

Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso. Não houve indicativos de evidência de redução ao valor recuperável dos ativos não financeiros.

i. Ativos contingentes e provisões para passivos contingentes

Estão reconhecidos com base na avaliação e na estimativa de risco de perda das ações judiciais e dos processos administrativos, em conformidade com os critérios definidos pelo CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovado pela resolução CMN nº 3.823, de 16 de dezembro de 2009.

Os ativos contingentes são reconhecidos nas demonstrações contábeis somente quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, usualmente representado pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação por outro exigível. Atualmente, não há ativos contingentes registrados nas demonstrações contábeis desta Fundação.

Os passivos contingentes são reconhecidos nas demonstrações contábeis quando, lastreado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança (Nota Explicativa nº 11).

j. Demais ativos e passivos

Estão demonstrados pelo valor de custo, atualizados pelos encargos e juros incorridos até a data do balanço, com base no critério pro rata temporis, de acordo com a fluência dos prazos contratuais.

4 - Caixa e equivalentes de caixa

A composição do caixa e equivalentes de caixa dá-se da seguinte forma:

	31/12/2018	31/12/2017
Disponibilidades	264.695	139.535
Caixa	5	1
Depósitos em instituições financeiras - APE (*)	264.690	139.534
Títulos e Valores Mobiliários - Fundos (**)	1.084	-
Total de Caixa e Equivalentes de Caixa	265.779	139.535

(*) Rendas de Disponibilidades no montante de R\$ 12.675, em 31 de dezembro de 2018 (R\$ 12.445, em 31 de dezembro de 2017).

(**) Os valores referem-se a recursos não procurados de consorciados, aplicados até que sejam devolvidos àqueles, na forma do artigo 26 da Lei nº 11.795, de 8 de outubro de 2008.

5 - Relações interfinanceiras

a. Composição - Créditos Vinculados

	31/12/2018	31/12/2017
SFH - FGTS a ressarcir	-	58
SFH - Fundo de compensação de variações salariais	29.135	27.599
Financiamentos a Ex-Combatentes e Parque Real	10.056	9.752
Valores de responsabilidade da União	4.507	4.385
Financiamentos com recursos próprios	29.709	27.983
(-) Provisão para perdas	(15.137)	(14.521)
Total	29.135	27.657
Classificação do ativo		
Circulante	-	58
Não circulante	29.135	27.599
Total	29.135	27.657

SFH – FGTS a ressarcir registra o valor a ser recebido da CEF para amortização dos financiamentos concedidos aos mutuários.

SFH – Fundo de Compensação de Variações Salariais – (FCVS), registra as dívidas do fundo junto às instituições financiadoras, relativas a saldos devedores remanescentes da liquidação de contratos de financiamento habitacional, firmados com mutuários finais do Sistema Financeiro da Habitação – (SFH). A novação é efetuada entre o credor e a União, nos termos da Lei nº 10.150, de 21 de dezembro de 2000.

A provisão para perdas no montante de R\$ 15.137, em 31 de dezembro de 2018 (R\$ 14.521, em 31 de dezembro de 2017) é constituída com a finalidade de estabelecer um valor para fazer frente a eventuais perdas decorrentes do processo de habilitação dos créditos com cobertura pelo FCVS, nos termos da Lei nº 10.150, de 21 de dezembro de 2000.

Composição da provisão	31/12/2018	31/12/2017
(-) Créditos vinculados – (SFH)	15.137	14.521
(-) FCVS – Ex-Combatentes e Parque Real	3.256	3.256
(-) FCVS – Recursos próprios	11.881	11.265

A Administração entende que a provisão constituída é suficiente para a cobertura dos riscos decorrentes da não realização de parte destes créditos e não existindo expectativa de perdas adicionais.

A base da provisão é constituída da seguinte forma:

Situação da carteira	31/12/2018	31/12/2017
A habilitar (i)	20.397	19.492
Habilitados e não homologados (ii)	2.180	1.690
Habilitados, homologados e em discussão (iii)	1.959	1.864
Habilitados e homologados (iv)	7.156	6.824
Negativa de cobertura (v)	12.441	11.935
Contratos novos (vi)	74.887	71.809
Retirados, sem crítica (vii)	139	134
Total	119.159	113.748

- (i) Representa os saldos de contratos sujeitos a apreciação para serem habilitados.
- (ii) Representa os saldos de contratos habilitados com a Administradora do FCVS que ainda não foram analisados por este.
- (iii) Representa os saldos de contratos homologados pela Administradora do FCVS – relatório mês base dezembro/2018 - com valores apurados, com base na análise realizada não foram validados pela FHE. Para esses contratos estão sendo impetrados recursos com solicitação de revisão para a Administradora do FCVS, objetivando aproximar os valores apurados pelo FCVS aos da FHE.
- (iv) Representa os saldos de contratos homologados pela Administradora do FCVS, cujos valores apurados, com base na análise realizada, foram validados pela FHE.
- (v) Representa os saldos de contratos habilitados pela Administradora do FCVS que estão sem ressarcimento em decorrência da negativa de cobertura por parte do FCVS.
- (vi) Representa os saldos dos contratos evoluídos com os juros da novação da dívida, prevista na Lei nº 10.150, de 21 de dezembro de 2000.

(vii) Os contratos com análise documental/financeira homologada pela CAIXA, cujo prazo de manifestação tenha expirado, são cadastrados, automaticamente, na Relação de Contratos Não Passíveis de Recurso Administrativo - RCNP, impedindo o Agente Financeiro de interpor recurso ou solicitar reabertura de análise.

b. Renda de créditos vinculados

	31/12/2018	31/12/2017
Créditos vinculados ao Sistema Financeiro de Habitação – (SFH)	3.667	2.277
Reversão de desvalorização de créditos vinculados	38	1.245
Total	3.705	3.522

6 - Aplicações imobiliárias transitórias

A conta apresenta a seguinte estrutura:

a. Composição

Aplicações Imobiliárias Transitórias	31/12/2018	31/12/2017
Terrenos, apartamentos e casas.	196.624	247.777
Obras em andamento	54.225	23.444
Unidades habitacionais em construção	31.561	9.731
(-) Provisão para desvalorização de imóveis	(24.712)	(24.586)
Total	257.698	256.366

Classificação do ativo

	31/12/2018	31/12/2017
Circulante	17.107	40.499
Não circulante	240.591	215.867
Total	257.698	256.366

b. Resultado das aplicações imobiliárias transitórias

	31/12/2018	31/12/2017
Receitas na comercialização dos imóveis	42.078	33.709
Custo dos imóveis comercializados	(23.530)	(13.682)
Total	18.548	20.027

7 - Operações de crédito

a. Composição da carteira por modalidade

Operações de crédito	31/12/2018	31/12/2017
Empréstimos	2.407.162	2.140.011
Empréstimo com garantia fiduciária	188	204
Empréstimos	2.406.974	2.139.807
Financiamentos	788.190	831.030
Financiamento - Habitação	786.055	828.816
Financiamento - Eletroeletrônicos	2.135	2.214
Total da carteira de crédito	3.195.352	2.971.041
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(27.260)	(33.775)
Total da carteira de crédito líquido de provisões	3.168.092	2.937.266

Classificação do ativo

	31/12/2018	31/12/2017
Circulante	687.531	647.430
Não circulante	2.480.561	2.289.836
Total da carteira de crédito líquido de provisões	3.168.092	2.937.266

b. Receitas de operações de crédito

	31/12/2018	31/12/2017
Empréstimos	460.105	381.551
Financiamento Imobiliário	62.240	68.485
Financiamento - Eletroeletrônicos	332	320
Total	522.677	450.356

c. Composição da carteira de crédito e provisão para perdas, nos correspondentes níveis de riscos.

Nível de risco	% Provisão	31/12/2018		31/12/2017	
		Valor das Operações	Valor da Provisão	Valor das Operações	Valor da Provisão
AA	-	2.987.160	-	2.781.666	-
A	0,5	131.097	655	103.391	517
B	1	25.502	255	22.867	229
C	3	13.146	394	15.415	462
D	10	4.310	431	5.763	576
E	30 (*)	9.626	3.320	10.973	3.723
F	50	2.768	1.384	3.585	1.793
G	70	3.076	2.153	3.020	2.114
H	100	18.668	18.668	24.361	24.361
Total		3.195.352	27.260	2.971.041	33.775

(*) Alinhando-se às orientações emanadas pelo Banco Central do Brasil - (BACEN) à Pouplex, na data-base de 31 de maio de 2013, a FHE reclassificou, também, os contratos "desequilibrados" da carteira de financiamento imobiliário que se encontravam nos níveis "AA" até "D" para o nível "E" tendo em vista a aplicação de percentual médio histórico de descontos concedidos pela Administração da Instituição sobre os contratos desequilibrados. Além disso, ainda de acordo com a determinação do Banco Central do Brasil, os contratos "desequilibrados" classificados nos níveis de risco "F" a "H" foram reclassificados para o nível de risco "E", desde que não apresentassem atraso que justificasse a permanência nesses níveis de risco, observada as determinações do inciso I e do § 2º do artigo 4º da Resolução CMN nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999.

d. Outras informações

Contratos Desequilibrados – Carteira de Financiamento Imobiliário

Os contratos são caracterizados como desequilibrados, quando a soma das prestações vinculadas às operações não são suficientes para a amortização integral do saldo devedor, restando, no encerramento, valores a amortizar. Essa condição é originária das condições econômicas das décadas de 1980 e 1990, caracterizadas pelo elevado processo inflacionário, sucessivos insucessos de planos econômicos e a utilização de índices distintos para atualizar as prestações.

Em 31 de dezembro de 2018, a carteira de crédito da FHE possui o valor de R\$ 6.130 (R\$ 5.560, em 31 de dezembro de 2017) de saldo devedor de contratos de operações de financiamento imobiliário com características de desequilíbrio financeiro, sendo o montante da provisão de R\$ 2.454 (R\$ 2.099, em 31 de dezembro de 2017).

A provisão complementar para os créditos classificados no Nível E é de 37,75%, conforme determinação do Banco Central do Brasil – (BACEN). A provisão dos demais níveis é calculada de acordo com os percentuais definidos pela Resolução CMN nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999. Quando computadas as operações em prejuízo com característica de "desequilíbrio", o estoque de saldo, em 31 de dezembro de 2018, passa a ser de R\$ 14.698 (R\$ 14.048, em 31 de dezembro de 2017).

Outros créditos

a. Composição do grupamento

	31/12/2018	31/12/2017
Rendas a receber	2.493	2.611
Diversos	9.274	12.729
Adiantamento e antecipações salariais	19	12
Adiantamentos para pagamento de nossa conta	961	1.215
Cobrança Judicial	203	205
Devedores por depósito em garantia	151	44
Pagamentos a ressarcir	101	1.970
Títulos e créditos a receber	0	0
Créditos renegociáveis E.S.	19.522	30.518
(-) Provisão para créditos renegociados E.S.	(19.522)	(30.518)
Devedores diversos – País	7.839	9.283
Complemento de prestação	2.017	1.451
(-) Provisão – complemento x devolução prestação	(535)	(1.191)
Outros	6.357	9.023
Total	11.767	15.340

Classificação do ativo	31/12/2018	31/12/2017
Circulante	10.134	12.718
Não circulante	1.633	2.622
Total	11.767	15.340

Rendas a receber - registra os pró-labore a receber provenientes da venda de seguros e a taxa de administração do consórcio.

Adiantamentos e antecipações salariais - registra os adiantamentos de férias, até que sejam transitados na folha de pagamento.

Adiantamentos para pagamento de nossa conta - Registra os adiantamentos concedidos às Unidades Administrativas e Pontos de Atendimento.

Cobrança judicial - registra a cobrança judicial de consórcios.

Devedores por depósitos em garantia - registra os depósitos decorrentes de exigências legais para interposição de recursos cíveis e fiscais.

Pagamentos a ressarcir - registra valor do FCVS, aguardando regularização quando da próxima novação dos créditos a serem homologados pela CEF.

Créditos renegociados/baixados - registram as operações que foram objeto de renegociação. Os créditos recuperados são classificados no nível "H", ou seja, retornam ao ativo 100% provisionados. O montante das operações em 31 de dezembro de 2018 é de R\$ 19.521 (R\$ 30.518, em 31 de dezembro 2017). A receita é reconhecida no ingresso dos recursos.

Devedores diversos - país:

Composição	31/12/2018	31/12/2017
Sinistro - empréstimo simples	465	-
Pendência a regularizar	303	1.511
Consignações a receber de terceiros	5.258	6.710
Valores a receber - Depósitos judiciais - Empréstimos	226	213
Complemento de prestação	1.482	709
Complemento de prestação a receber	2.084	1.967
(-) Rendas a apropriar	(67)	(67)
(-) Provisão	(535)	(1.191)
Outros devedores	105	140
Total	7.839	9.283

Entre as diversas contas que compõem a rubrica, convém destacar as seguintes:

- Consignação a receber de terceiros (R\$ 5.258) - Refere-se a valores consignados de prestações imobiliárias e de prêmio de seguro que ainda não sensibilizaram a conta corrente da Instituição.
- Complementos de prestações a receber (R\$ 2.084) - Registram a diferença apurada entre os valores devidos e os valores pagos das prestações de financiamentos imobiliários e empréstimos pelos mutuários.

9 - Outros valores e bens

Composição

	31/12/2018	31/12/2017
Material em estoque	102	95
Despesas antecipadas	15	24
Total	117	119

10 - Imobilizado de uso

Composição	Taxa de depreciação - %	Custo	Depreciação/Amortização	31/12/2018	31/12/2017
Imobilizações em curso	0	6	-	6	1.690
Imóveis de uso	4	92.259	(32.709)	59.550	61.088
Móveis e equipamentos em uso	10	4.513	(3.780)	733	1.127
Sistema de comunicação	20	11.824	(11.824)	-	-
Sistema de processamentos de dados	20	3	(3)	-	-
Total		108.605	(48.316)	60.289	63.905

Movimentação	Saldo inicial 31/12/2017	Aquisições	Baixas/Transferência	Depreciação/Amortização	Saldo final 31/12/2018
Terrenos	540	-	-	-	540
Imobilizações em curso	1.690	835	(2.519)	-	6
Edificações	60.548	-	2.519	(4.057)	59.010
Móveis e utensílios	1.061	-	(2)	(371)	688
Máquinas e aparelhos	66	-	(2)	(19)	45
Sistema de comunicação	-	-	-	-	-
Total	63.905	835	(4)	(4.447)	60.289



11 - Outras obrigações

a. Fiscais e previdenciárias

Impostos e contribuições a recolher

Registra os tributos devidos pela instituição ou retidos na fonte (IRRF, ISS, INSS, FGTS, IOF, CSLL, COFINS e PIS/PASEP- Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996).

Composição

	31/12/2018	31/12/2017
Sobre serviços de terceiros	252	150
IRRF	15	-
ISS	93	82
INSS	106	68
CSLL – COFINS – PIS/PASEP	38	-
A recolher sobre salários	66	97
IRRF	48	45
FGTS	15	15
INSS	-	35
PIS/PASEP	3	2
OUTROS	515	735
IOF - Empréstimos simples e financiamentos eletroeletrônicos	488	727
IOF - Sobre operações financeiras	27	8
Total	833	982

b. Obrigações por recursos consorciados

Refere-se a recursos de consorciados a ser devolvido aos mesmos em razão do encerramento dos grupos, totaliza em R\$ 1.288, em 31 de dezembro de 2018 (R\$ 1.309, em 31 de dezembro de 2017).

c. Diversas

Esta conta engloba as seguintes obrigações

	31/12/2018	31/12/2017
Adiantamentos recebidos	543	7.677
Credores por recursos a liberar	17.803	11.630
Provisão para pagamentos a efetuar	530	327
Obrigações junto à POUPEX	31.002	31.641
Provisão para passivos contingentes	6.074	1.520
Recursos de garantias realizadas	2.568	3.107
Prêmios de Seguros a repassar	6.642	1.818
Pendências - Prêmios de seguros	594	598
Pendências – Empréstimo simples	20.125	2.454
Outras	7.090	6.769
Total	92.971	67.541

	31/12/2018	31/12/2017
Classificação do passivo		
Circulante	92.971	67.541
Total	92.971	67.541

Adiantamentos recebidos de promitentes compradores – registram as importâncias recebidas dos mutuários, relativas à parte não financiada dos empreendimentos comercializados.

Credores por recursos a liberar - financiados e vendedores de imóveis - registra as importâncias a serem liberadas aos mutuários de acordo com o cronograma da obra e a pessoas físicas e jurídicas que venderam imóveis financiados pela instituição.

Provisão para pagamentos a efetuar - registra os valores referentes às provisões com pessoal: férias e encargos sociais e despesas por competência do mês devidas aos fornecedores.

Obrigações junto à POUPEX - refere-se a valores a serem repassados à APE-POUPEX a título de ressarcimento pelo custo de pessoal e despesas de tecnologia.

Provisão para passivos contingentes:

	31/12/2018	31/12/2017
Passivos trabalhistas	6	-
Tributárias	18	155
Fundo para cobertura de sinistros – E.S.	5.093	-
Financiamento imobiliário - Ações judiciais	485	12
Demais ações: seguro/ ES/FAM/Material de construção	472	1.353
Total	6.074	1.520

Recursos de garantias realizadas - representa valores retidos das Construtoras como garantia, na ocasião do pagamento por execução de obras.

Prêmios de seguros a repassar - refere-se a valores de prêmios arrecadados a serem repassados a seguradora.

Pendência - prêmios de seguros - refere-se a valores transitórios de prêmios consignados e não validados à seguradora.

Pendência - empréstimo simples - refere-se a valores referentes a pagamentos incontroversos, transitórios e a regularizar.

Outras:

Valores recebidos - refere-se a valores recebidos para registro dos contratos de financiamento, transferência e taxa de avaliação dos mesmos.

Encargos e amortizações recebidos - Financiamentos - registra recebimento de prestações e amortizações de financiamentos imobiliários, aguardando registro no sistema de cadastro dos mesmos.

Valores a regularizar - registra basicamente valores transitórios do empréstimo simples.

Adiantamentos de sinistros - registra valores para cobertura de sinistro “decesso”.

Obrigações por remanejamento de imóveis - corresponde à dívida assumida pela FHE por força de Termos de Ajuste e respectivos Termos Aditivos assinados com o Exército Brasileiro – (EB).

Recursos do Promorar - registra os valores referentes à taxa de ocupação do Empreendimento PROMORAR, no Rio de Janeiro.

12 - Obrigações por empréstimos e Repasses

Referem-se a valores de financiamentos na modalidade SFH, firmado em 2018 entre a POUPEX e a FHE (Flamboyant Residence Prime e Residencial Grand Quartier), totalizando o valor de R\$ 14.338, em 31 de dezembro de 2018.

13 - Patrimônio Social

O Patrimônio social da FHE é composto dos seguintes itens:

	31/12/2018	31/12/2017
Patrimônio social	3.683.447	3.370.356
Subvenção inicial	621	621
Reservas especiais	97414	97433
Reservas estatutárias	3.585.412	3.268.179
Reserva de resultados acumulados	-	4.123

O valor da Reserva estatutária constitui 95% do valor total do Ativo, conforme artigo 28 do Estatuto da FHE. O valor constituído em 2018 foi de R\$ 317.233.

14 - Receitas operacionais

a. Rendas de operações de crédito

Compreendem as receitas de financiamentos imobiliário, de empréstimos simples e de financiamentos para aquisição de eletroeletrônicos

	31/12/2018	31/12/2017
Rendas de financiamentos imobiliários	62.240	68.485
Rendas de empréstimos	460.105	381.551
Rendas de financiamentos de eletroeletrônicos	332	320
Total	522.677	450.356

b. Rendas de disponibilidades

b.1. Rendas de depósitos na APE-POUPEX - refere-se a depósitos especiais aplicados na APE POUPEX, remunerados pela TR + 6,5% de juros ao ano.

b.2. Rendas de investimento – referem-se aos rendimentos de recursos não procurados por consorciados, aplicados no Banco do Brasil, Fundo BB CP CORP 440 MIL, conforme Lei nº 11.795, de 8 de outubro de 2008.

	31/12/2018	31/12/2017
Rendas de depósitos na APE-POUPEX	12.617	12.445
Rendas de investimento	58	-
Total	12.675	12.445

c. Resultado na comercialização de imóveis

Refere-se aos imóveis comercializados, representados por casas e apartamentos.

	31/12/2018	31/12/2017
Receita na comercialização de imóveis	42.078	33.709
Custos na comercialização de imóveis	(23.530)	(13.682)
Resultado na venda de imóveis	18.548	20.027

d. Rendas de prestação de serviços

	31/12/2018	31/12/2017
Rendas de intermediação de seguros	34.838	32.019
Rendas de taxas de administração de consórcios	16.048	14.123
Rendas de serviços especiais	895	876
Total	51.781	47.018

e. Outras receitas operacionais

	31/12/2018	31/12/2017
Rendas s/desistência na compra de unidades habitacionais	-	19
Recuperação de crédito baixado como prejuízo	18.702	17.121
Recuperação de encargos e despesas	955	110
Rendas de atualização monetária de seguros habitacionais	2	8
Rendas de créditos vinculados ao SFH	3.667	2.277
Acréscimos legais	-	2
Reversão de provisões operacionais	10.178	3.787
Outras rendas operacionais	378	416
Total	33.882	23.740

15 - Despesas operacionais

a. Despesas administrativas

	31/12/2018	31/12/2017
Despesas de água, energia e gás	(1.912)	(1.750)
Despesas de alugueis	(1.646)	(1.453)
Despesas de comunicações	(1.747)	(2.873)
Despesas de diretoria e conselho de administração	(1.182)	(1.119)
Despesas de manutenção e conservação de bens	(4.579)	(4.369)
Despesas de material	(157)	(195)
Despesas de pessoal - proventos e encargos sociais	(1.034)	(972)
Despesas de promoções e relações públicas	(16.047)	(16.879)
Despesas de propaganda e publicidade	(207)	(307)
Despesas de publicações	(137)	(121)
Despesas de serviços de terceiros	(618)	(385)
Despesas de serviços de vigilância e segurança	(3.863)	(3.318)
Despesas de serviços técnicos especializados	(5.403)	(2.693)
Despesas de remuneração por custo de pessoal	(198.974)	(209.461)
Despesas de remuneração por custo de processamento de dados	(36.462)	(34.642)
Outras despesas administrativas	(1.009)	(928)
Total	(274.977)	(281.465)

b. Aprovisionamentos e ajustes patrimoniais

	31/12/2018	31/12/2017
Despesas de amortização	(4.024)	(3.683)
Despesas de depreciação	(422)	(443)
Desvalorização de créditos vinculados	(654)	(1.721)
Despesa de desvalorização de imóveis a comercializar	(8.241)	(6.894)
Provisão para perdas com empréstimo simples	(5.881)	(26.138)
Provisão para perdas com financiamento imobiliário	(2.651)	(1.029)
Provisão p/perdas financiamento eletroeletrônico FHE	(19)	(40)
Provisão complemento x devolução de prestações	(70)	(121)
Total	(21.962)	(40.069)

c. Outras despesas operacionais

	31/12/2018	31/12/2017
Despesas de remuneração de outras obrigações	(874)	(1.251)
Despesas com fundo para cobertura de sinistro E.S	(5.161)	-
Despesas com seguros	(683)	(585)
Despesas com boletos	(334)	(266)
Despesas de descontos concedidos/renegociações	(1.364)	(940)
Despesas com estoques de imóveis	(4.463)	(4.508)
Despesas com cobertura de sinistros	(14.748)	(10.198)
Ações judiciais	(1.021)	(382)
Outras despesas	(960)	(5.000)
Total	(29.608)	(23.130)

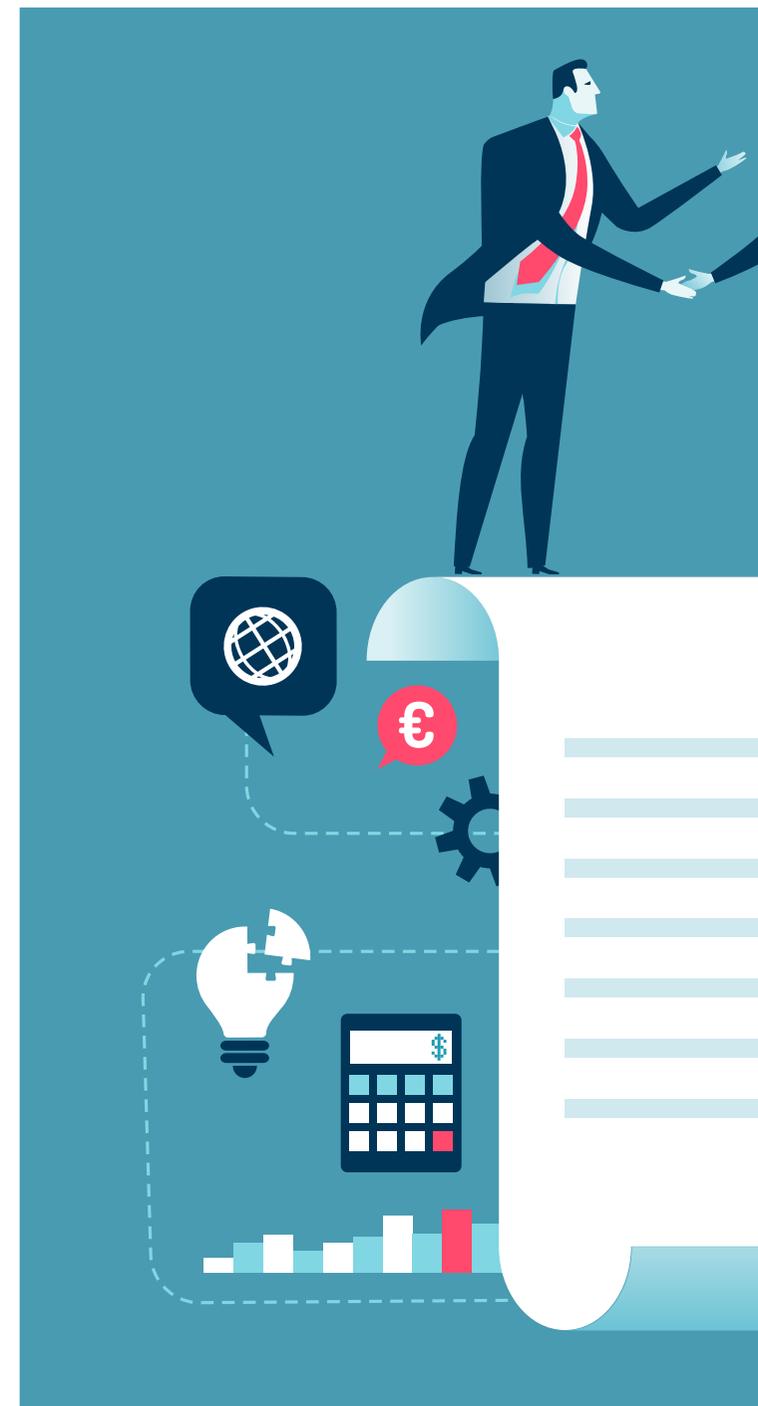
	31/12/2018	31/12/2017
Receitas não operacionais	106	19
Despesas não operacionais	(12)	(17)
Total	94	2

16 - Partes relacionadas

A FHE gere a APE-POUPEX, conforme dispositivo previsto na Lei nº 6.855, de 18 de novembro de 1980. Nos termos dessa legislação, os administradores da POUPEX são cedidos e designados pela Fundação Habitacional do Exército – (FHE). Não há na FHE servidores colocados à disposição ao amparo da Lei nº 6.855, de 18 de novembro de 1980, conforme seus artigos 23 e 24.

Os custos com remunerações e outros benefícios atribuídos aos administradores da FHE - Diretoria Executiva e Conselho de Administração - estão assim demonstrados:

	31/12/2018	31/12/2017
	1.182	1.119
Diretoria	1.164	1.102
Conselho de administração	18	17





As transações que a FHE efetua com a POUPEX possuem bases semelhantes àquelas realizadas com terceiros, considerando-se os volumes, prazos e riscos envolvidos.

Não obstante, divulgamos a seguir as transações existentes com a POUPEX:

Ressarcimento de custos: a POUPEX executa uma série de atividades para a sua gestora Fundação Habitacional do Exército – (FHE). Em decorrência da execução dessas atividades, a Associação é ressarcida mensalmente dos custos incorridos com a disponibilização de pessoal (exceto diretoria) e de recursos de despesas de tecnologia, na proporção de 64,59% e 91% respectivamente. No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, o montante de ressarcimento foi de R\$ 235.436, (R\$ 244.103, em 31 de dezembro de 2017).

Disponibilidades – O ativo de curto prazo refere-se a depósitos especiais aplicados na APE POUPEX remunerados pela TR mais 6,5% ao ano, cuja receita totalizou, em 31 de dezembro de 2018, o montante de R\$ 12.617 (R\$ 12.445, em 31 de dezembro de 2017).

Cessão de Crédito– Refere-se a financiamentos cedidos. A FHE efetuou operação de cessão de crédito à POUPEX no valor contábil de R\$ 170.073, no exercício de 2018 (R\$103.692, no exercício de 2017). Esses créditos decorrem de contratos para financiamento imobiliário e foram cedidos pelo valor contábil, registrados em conformidade com as práticas contábeis aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN). A transferência abrangeu apenas créditos adimplentes. O risco da operação é de responsabilidade da POUPEX, sendo as provisões calculadas e registradas em conformidade com a Resolução CMN nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999.

As transações efetuadas com a Associação de Poupança e Empréstimo – POUPEX estão assim resumidas:

CONTAS PATRIMONIAIS	31/12/2018				31/12/2017			
	ATIVO		PASSIVO		ATIVO		PASSIVO	
	CURTO PRAZO	LONGO PRAZO	CURTO PRAZO	LONGO PRAZO	CURTO PRAZO	LONGO PRAZO	CURTO PRAZO	LONGO PRAZO
Ressarcimento de Custos:								
Folha de pessoal	-	-	27.032	-	-	-	28.002	-
Custo de Processamento	-	-	3.970	-	-	-	3.639	-
Disponibilidades	264.690	-	-	-	139.533	-	-	-
Total	264.690	-	31.002	-	139.533	-	31.641	-

CONTAS DE RESULTADO	31/12/2018	31/12/2017
Ressarcimento de Custo de pessoal	(198.974)	(209.461)
Ressarcimento de TI	(36.462)	(34.642)
Rendas de disponibilidades	12.617	12.445



17 - Coberturas de seguros

As coberturas de seguros da Fundação Habitacional do Exército – (FHE) para os seus bens são assim demonstradas

BENS SEGURADOS	RISCOS COBERTOS	MONTANTE DA COBERTURA	MONTANTE DA COBERTURA
		31/12/2018	31/12/2017
Imóvel - Sede	Incêndio, queda de raios, e explosão de qualquer natureza.	193.932	185.759
	Danos elétricos e equipamentos eletrônicos	13.850	13.260
	Recomposição de registros e documentos	270	253
	Roubo e/ou furtos qualificados de bens	140	126
	Quebra de vidros, espelhos, mármore e granitos	140	126
	Responsabilidade civil	1.320	1.342

18 - Outras informações

Outras informações extraídas dos controles mantidos pela FHE:

	31/12/2018	31/12/2017
Coobrigações e riscos em garantias prestadas	433.178	355.430
Contratos de obras por empreitada	123.003	65.806
Hipotecas e fidúcias recebidas pela FHE	1.299.786	1.356.518
Contrato de permuta	91.869	173.650
SFH - Parcelas de financiamentos a liberar	--	43

OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

TRATAMENTO DE DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TCU

A FHE tomou conhecimento da abertura de Tomada de Contas Especial, instaurada em decorrência do que foi determinado no Acórdão nº 2225/2018 – TCU – Plenário, proferido nos autos do processo TC 024.637/2013-0, no qual, em relação à FHE, não há determinações e recomendações do TCU, pois restou decidido:

[...] 44. No que concerne à Fundação Habitacional do Exército – FHE e seus gestores à época, do mesmo modo, acompanho o entendimento manifestado pelo MP/TCU.

45. Pelo descrito no histórico dos fatos, depreende-se que nem a FHE nem seus gestores devem integrar o polo passivo da TCE futura, pois a referida Fundação ingressou como mera intermediária nos sucessivos atos e contratos que culminaram com a transferência final da “Área B” ao Município de Barueri/SP, não havendo indícios de má-fé ou benefícios indevidos.

46. Vale destacar que a Fundação Habitacional do Exército, inclusive, depois que se iniciaram as dúvidas quanto ao real valor dos terrenos, teve iniciativa tendente a prevenir eventual dano ao patrimônio da União, qual seja a celebração de termo aditivo com a Prefeitura Municipal de Barueri/SP estipulando que a transferência definitiva estaria condicionada à conclusão de perícia técnica no laudo de avaliação original e a realização de nova avaliação dos mesmos terrenos, considerando os valores de mercado à época, e esclarecendo ainda que essas providências eram imprescindíveis à efetivação da permuta entre a FHE e o Exército (parágrafo único da Cláusula Primeira do Segundo Termo Aditivo, peça 26, pg. 305). (grifos nossos) [...]

Encontram-se abertos no TCU os seguintes processos:

- TC 030.229/2015-4. Tomada de Contas Especial instaurada em decorrência da determinação contida no Acórdão 1.945/2012-TCU-Plenário, retificado pelo Acórdão 3.145/2013-TCU-Plenário: Identificar e quantificar danos em decorrência do empréstimo à Associação dos Juizes Federais da 1ª Região (AJUFER);
- TC 029.396/2011-5. A Prestação de Contas Anual 2010 encontra-se em aberto;
- TC 023.292/2010-5. A Prestação de Contas Anual 2009 encontra-se em aberto.

Deliberações do TCU pendentes de atendimento ao final do exercício

Não existem pendências de atendimento.

TRATAMENTO DE RECOMENDAÇÕES DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO

No período de 14 a 18 de maio de 2018 foi realizada visita de auditoria à FHE, pelo Centro de Controle Interno do Exército, com o objetivo de verificar a documentação relacionada ao ano de 2017.

A FHE apresentou manifestação técnica quanto aos achados de auditoria de gestão referente à citada visita, por intermédio do Of FHE/PRESI nº 132/2018, de 27 de agosto de 2018, oferecendo tratamento adequado e tempestivo ao que foi solicitado.

DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE

DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE DO RELATO INTEGRADO PELO RESPONSÁVEL PELA GOVERNANÇA

Reconheço a minha responsabilidade em assegurar a integridade do relatório integrado.

Informo que foi aplicado o pensamento coletivo no levantamento das informações para a preparação e apresentação do relato integrado da FHE.

Concluo que a apresentação do relato integrado obedeceu à estrutura solicitada de acordo com as normas de prestação de contas.

Brasília-DF, 20 de fevereiro de 2019.


Gen Ex R1 Eron Carlos Marques
Presidente da FHE

